



03 DE MARÇO DE 2017

Sexta-feira

- STF DECIDE QUE SINDICATO NÃO PODE EXIGIR TAXA ASSISTENCIAL DE QUEM NÃO É FILIADO
- INSTRUÇÃO NORMATIVA PROTEGE INDUSTRIAL DE MULTAS DA NR12
- FORD PÕE 450 OPERÁRIOS EM FÉRIAS COLETIVAS POR DEZ DIAS EM TAUBATÉ, SP
- RENAULT ABRE INSCRIÇÕES PARA CONTRATAR ESTAGIÁRIOS NO PR E SP
- COM ESTOQUES EM BAIXA, NEGOCIAÇÃO NA INDÚSTRIA DEVE FICAR MAIS ACIRRADA
- INDÚSTRIA VÊ MAIS UM ANO DE DEMANDA INTERNA FRACA E EXPORTAÇÕES EM QUEDA
- CONTRAÇÃO DA INDÚSTRIA DO BRASIL PERDE FORÇA EM FEVEREIRO COM MELHORA DA CONFIANÇA, APONTA PMI
- THYSSEN VENDE A SIDERÚRGICA CSA (RJ) PARA A TERNIUM
- BENER PASSA A DISTRIBUIR MÁQUINAS DA HYUNDAI NO PAÍS
- MATRIX CONQUISTA ESPAÇO COM RESTAURAÇÃO DE FERRAMENTAS
- GOVERNO NÃO OUVI INDÚSTRIA E REDUZ ÍNDICES DE CONTEÚDO LOCAL
- BMW AMPLIA PRODUÇÃO DO X1 NO BRASIL PARA EXPORTAÇÃO
- POLLUX FECHA PARCERIA COM A PTC NA ÁREA DE IOT
- GE BRASIL FORNECERÁ 82 AEROGERADORES À CER ENERGIA
- CHINA EXPRESSA DÚVIDA SOBRE TARIFAS DA UE SOBRE PRODUTOS DE AÇO
- CHINA QUER REALOCAR 500 MIL TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CARVÃO E DO AÇO EM 2017
- COPOM INDICA EM ATA QUE PODE INTENSIFICAR RITMO DE CORTE DOS JUROS
- RECEITA PASSARÁ A CRUZAR INFORMAÇÕES DE MÉDICOS E DO eSOCIAL NA MALHA FINA DO IR
- TOYOTA REDUZ CARGOS EXECUTIVOS E BUSCA AGILIZAR TOMADA DE DECISÃO
- IR: MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL TAMBÉM DECLARA
- IR 2017: EMPRESA QUE NÃO ENTREGOU COMPROVANTE DE RENDIMENTO PODE SER MULTADA
- FIM DA CLT SERÁ ENCAMINHADO AO PLANALTO

- AGENDA FISCAL EXIGIRÁ QUE EMPRESAS INVISTAM EM TECNOLOGIA E PESSOAS
- REGIME DE REGULARIZAÇÃO CAMBIAL E TRIBUTÁRIA GERA DEBATE
- SINDIFISCO ALERTA PARA DESBUROCRATIZAÇÃO
- DE ACORDO COM MINISTRO, REFORMA TRABALHISTA MANTÊM DIREITOS E PODE CRIAR ATÉ 5 MILHÕES DE EMPREGOS
- ARTIGO: OS DESAFIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO
- E-COMMERCE IMPULSIONA AS EXPORTAÇÕES DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BRASILEIRAS
- EXECUTIVAS AINDA OCUPAM APENAS 6% DAS CADEIRAS
- A COMPLEXIDADE DAS CAUSAS EMPRESARIAIS
- GOVERNO AUMENTA RECURSOS PARA PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO
- SHELL E TOYOTA CONTRARIAM A TESLA SE UNEM PARA PROMOVER CARROS A HIDROGÊNIO
- ARTIGO: O PRIMEIRO PASSO DA REFORMA TRABALHISTA
- NO TST: "TURMAS DECIDEM SOBRE VALIDADE DE BANCO DE HORAS E COMPENSAÇÃO SEMANAL DE JORNADA"
- MINISTRO DO TRABALHO VISITA FÁBRICA DA GM NO RS E FALA SOBRE MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA
- MINISTRO DO TRABALHO CONVERSA COM METALÚRGICOS NO RIO GRANDE DO SUL SOBRE MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA
- COMITÊ NACIONAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO REALIZA PRIMEIRA REUNIÃO EM BRASÍLIA
- ABIFER: FATURAMENTO DA INDÚSTRIA FERROVIÁRIA TEM ALTA DE 6,5% EM 2016
- BALANÇA COMERCIAL FECHA FEVEREIRO COM SALDO POSITIVO DE R\$ 14,1 BILHÕES
- MDIC: RECUPERAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES É 'FORTE SINAL' DE RETOMADA DA ATIVIDADE

CÂMBIO		
EM 03/03/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,140	3,140
Euro	3,315	3,317

Fonte: BACEN

STF decide que sindicato não pode exigir taxa assistencial de quem não é filiado

03/03/2017 - Fonte: Gazeta do Povo

Ação ajuizada pelo MPT-9 questionava a cobrança compulsória de taxa sem direito à oposição, mas relator foi mais longe e fixou o entendimento de que os não sindicalizados não devem ser cobrados



O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é inconstitucional a cobrança de contribuição assistencial por convenção coletiva de trabalhadores não sindicalizados.

Essa taxa é cobrada a cada vez que uma convenção coletiva é firmada – geralmente uma vez por ano. O Recurso Extraordinário 1.018.459, de autoria do Ministério Público do Trabalho (MPT) da 9ª Região, teve repercussão geral, ou seja, se aplica todos os casos idênticos a esse que tramitarem na corte.

A outra parte foi o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, Material Elétrico, de Veículos Automotores, de Autopeças e de Componentes e partes para veículos automotores da Grande Curitiba.

Em sua decisão, o relator do caso, ministro Gilmar Mendes, diferenciou a contribuição assistencial da contribuição sindical, que deve ser cobrada independentemente de filiação ao sindicato.

“A questão encontra-se, inclusive, pacificada pela jurisprudência deste Supremo Tribunal, no sentido de que somente a contribuição sindical prevista especificamente na CLT, por ter caráter tributário, é exigível de toda a categoria, independentemente de filiação”, afirmou o ministro, segundo o site *Jota*.

O procurador do trabalho do MPT-9 Alberto Emiliano de Oliveira Neto, autor da ação, explica que ela foi ajuizada porque o sindicato dos metalúrgicos estaria incluindo na convenção coletiva a cobrança compulsória da taxa assistencial de empregados não sindicalizados, sem dar o direito à oposição. Segundo ele, o objetivo era apenas que os não filiados à entidade tivessem a alternativa de se manifestar quando não quiserem pagar.

Mas o relator do caso acabou indo mais longe, e fixou o entendimento de que, na convenção coletiva, a cobrança não deve ser exigida daqueles que não se vinculam à entidade sindical. Também segundo informações do site *Jota*, a maioria dos ministros acompanhou o relator, apenas Marco Aurélio Mello foi contra.

“Essa ação discute a inserção de contribuição a ser paga pelo não filiado na convenção coletiva. Na nossa visão, essa inserção pode ocorrer desde que se assegure o direito à oposição”, explica o procurador do MPT. Ele acrescenta que o trabalhador tem o

direito a se filiar ou não a uma entidade, mas, "com base no princípio da unicidade, o sindicato representa toda a categoria e precisa de recursos para se custear".

Oliveira Neto faz questão de enfatizar que o MPT não é inimigo do sindicato e quem ambos atuam em parceria em muitas situações. Segundo ele, Gilmar Mendes optou por uma linha de entendimento diferente da do MPT.

"Queremos compatibilizar o princípio da liberdade sindical com o fortalecimento das entidades sindicais. O MPT tem respeito pelas entidades sindicais. Reconhecemos a importância e o papel deles. Eventualmente o entendimento de Gilmar Mendes não vai refletir o entendimento do MPT", afirma o procurador.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba foi procurado mas não deu retorno até o fechamento da matéria.

Instrução normativa protege industrial de multas da NR12

03/03/2017 - Fonte: FIEP



O Ministério do Trabalho e Emprego publicou, no dia 11 de janeiro, instrução normativa de número 129 que permite que o industrial negocie diretamente com o agente fiscalizador plano de trabalho e cronograma de até 12 meses para adequações à norma que regulamenta o uso de máquinas (NR12).

Quando as ações necessitem de prazo superior a um ano, o empresário deve apresentar os mesmos documentos ao fiscal, mas a aprovação será feita por um superior imediato a ele. A instrução é válida por 3 anos e evita a aplicação de multas, mas não as interdições.

A flexibilização é fruto de uma negociação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade da qual a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) é filiada. "A NR12 é uma norma que exige uma complexidade técnica e financeira para o seu cumprimento.

A instrução normativa 129 dá um fôlego para as indústrias que sempre mostraram esforços para garantir a segurança e saúde no trabalho", argumenta o vice-presidente da Fiep e coordenador do Conselho Temático de Relações do Trabalho da entidade, Carlos Walter.

Na prática, se uma indústria é fiscalizada e notificada, o administrador pode apresentar um plano de trabalho e um cronograma para cada item apontado. Se as ações forem cumpridas em um período de 12 meses, o próprio fiscal avalia e aprova o que foi proposto. Assim, o agente fiscal não pode aplicar multa na primeira visita, mas somente no caso de não cumprimento do plano de ação.

A instrução não explicita que é necessário um diagnóstico do chão de fábrica em relação à NR12, mas para chegar a um plano de ação e cronograma, o industrial precisa antes fazer um levantamento do seu parque de máquinas. O Senai no Paraná,

por meio dos seus institutos de tecnologia, realiza consultorias para as indústrias que necessitam de apoio na documentação técnica exigida pela NR12.

Se o empresário mostrar que é inviável financeiramente e tecnicamente realizar os ajustes apontados na fiscalização, pode apresentar um plano de trabalho de implementação escalonando o prazo.

Feita a negociação, um termo é acordado entre as partes e protege o industrial durante a vigência do plano e do cronograma. Assim, a indústria não pode ser multada pelos itens acordados.

O fiscal irá acompanhar se o cronograma está em execução. Caso haja descumprimento do que for acordado, o industrial está sujeito à multa.

Ford põe 450 operários em férias coletivas por dez dias em Taubaté, SP

03/03/2017 – Fonte: G1



A Ford colocou 450 trabalhadores em férias coletivas por dez dias a partir desta quarta-feira (1º). A montadora informou que a medida é para adequar a produção à demanda do mercado.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, que representa os trabalhadores, a medida faz parte de um acordo e atende a necessidade da empresa até a retomada do nível de produção. A entidade, no entanto, divulgou que o número de funcionários em férias coletivas chega a 600.

A Ford emprega cerca de 1,5 mil pessoas e produz transmissões e motores Sigma 1.5, modelo utilizado no novo Ka sedan e no New Fiesta.

General Motors

A General Motors vai colocar 1,5 mil trabalhadores em férias coletivas a partir desta quinta-feira (2). A informação é do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. Eles devem retornar ao trabalho no próximo dia 20.

Outros 2,2 mil trabalhadores que já estão em férias coletivas e deveriam retornar nesta quinta-feira, tiveram a volta adiada para a próxima segunda-feira (6). De acordo com o sindicato, a montadora esticou a folga do fim de semana prolongado de carnaval.

A GM confirmou à reportagem que adiou a retomada das atividades deste grupo para atender um pedido dos operários.

RENAULT ABRE INSCRIÇÕES PARA CONTRATAR ESTAGIÁRIOS NO PR E SP

03/03/2017 – Fonte: Tribuna PR



A Renault está com inscrições abertas para a seleção de estagiários. O programa Fábrica de Talentos oferece 56 vagas para atuar no Complexo Ayrton Senna, em São José dos Pinhais, e no escritório administrativo da empresa em São Paulo nas áreas de fabricação, suporte/RH, comercial e P&D.

As oportunidades são para estudantes que estejam cursando Administração, Psicologia, Engenharias, Comunicação Social, Economia e Ciências Contábeis, entre outros. Para concorrer a uma vaga de estágio na montadora francesa, é necessário ter inglês intermediário e disponibilidade para pelo menos um ano de estágio.

Como participar?

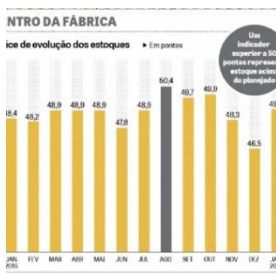
As inscrições podem ser feitas pelo site Vagas.com até o dia 10 de março. O processo seletivo começará pela internet por meio de desafios virtuais de conhecimentos gerais, raciocínio lógico, visão de negócios, idiomas e apresentação pessoal. Na sequência, os selecionados passarão por dinâmicas de grupo, aplicação de teste de perfil e entrevistas individuais.

O programa de estágio está previsto para começar em abril. Os estagiários receberão objetivos relacionados ao seu desenvolvimento pessoal e às demandas da área em que irão trabalhar. Além disso, formarão equipes para desenvolver projetos internos e apresentarão seus trabalhos para uma banca formada por gestores da própria empresa.

De acordo com a montadora, todo o processo de estágio será acompanhado por tutores das áreas e pelo departamento de Recursos Humanos, com avaliações periódicas de resultados dos estudantes.

Com estoques em baixa, negociação na indústria deve ficar mais acirrada

03/03/2017 - Fonte: Usinagem Brasil



Fabricantes de todos os níveis da cadeia produtiva, de insumos a produtos acabados, devem ter menos margens para negociar preços, diante do movimento de desestocagem das empresas

Diante do movimento da indústria de trabalhar com estoques cada vez menores - desde o insumo até o produto acabado -, a negociação com o varejo e até entre os próprios níveis da cadeia produtiva deve ficar ainda mais acirrada, quadro que deve perdurar em 2017.

De acordo com o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Guto Ferreira, a indústria se ajustou fortemente em 2016 e, agora, os fabricantes estão trabalhando com níveis menores de estoques com o objetivo de economizar em capital de giro.

"O 'estresse' nas negociações das empresas aumentou muito e as margens para barganhar entre os níveis da cadeia estão bem menores", disse o dirigente.

Conforme o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), Walter Cover, o movimento de redução de estoques tanto na indústria quanto no varejo do setor vem ocorrendo desde meados de 2015.

"Hoje, os estoques estão muito baixos entre os fabricantes porque o custo financeiro de mantê-los é altíssimo", revela o dirigente.

Ele acrescenta que este movimento gera pressão nas margens da própria cadeia e aumenta o poder de barganha no varejo de materiais de construção em relação ao consumidor. "Os lojistas não vão arriscar elevar as compras sem perspectiva de retomada consistente da demanda", explica Cover. "E os fabricantes, por sua vez, têm concedido mais descontos para o varejo, mesmo diante da crise."

O diretor geral para América do Sul da siderúrgica NLMK, Paulo Seabra, conta que a indústria tem trabalhado com estoques praticamente nulos.

"Os fabricantes recebem o pedido e imediatamente recorrem a seus fornecedores", diz o executivo. "Nossos clientes não têm conseguido estimar a demanda por conta da instabilidade econômica, por isso vêm trabalhando da mão para boca", assinala.

Neste cenário, a companhia optou por investir altas cifras justamente no aumento dos seus estoques. "O cliente vai preferir pagar um pouco mais pelo nosso produto porque a usina vai pedir um prazo que ele não pode esperar", conta.

Na visão de Seabra, a perspectiva de retomada gradual da economia a partir do segundo semestre não deve trazer uma mudança de comportamento por parte da indústria. "Os fabricantes devem continuar mantendo estoques baixos em 2017."

A Açovisa, distribuidora de aços Gerdau, tem notado esse movimento da indústria desde meados de 2015. "Os clientes não têm previsão de demanda e ainda pagam os pedidos à vista", conta o sócio-fundador Andreis de Melo.

Ele ressalta que, para 2017, os fabricantes devem manter essa postura. "O fluxo de caixa das empresas continuará restrito e reduzir estoques alivia a pressão", analisa o executivo.

Estabilização

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a queda dos estoques em janeiro deste ano foi menos intensa do que a registrada no mês anterior. Já o índice que mostra a relação entre o planejamento das empresas e os estoques efetivos se manteve praticamente estável na mesma base de comparação.

"Os fabricantes estão agindo com mais cautela até para reduzir os prejuízos. A indústria tem conseguido ser mais assertiva na previsibilidade de estoques", avalia Ferreira.

Ainda de acordo com sondagem da CNI, os empresários estão voltando a demonstrar certo otimismo com relação às vendas, entretanto, o índice de expectativa de demanda se manteve praticamente inalterado em fevereiro, tendo recuado 0,1 ponto, para 51,8 pontos. Acima de 50 pontos, o indicador revela otimismo.

Ferreira traça um paralelo entre o momento atual com a crise de 2008. "À época, a indústria brasileira foi fortemente afetada, mas a retomada do crescimento foi muito mais rápida", explica o dirigente.

Com isso, conta o dirigente, os fabricantes passaram a elevar gradualmente a capacidade instalada até meados de 2011. "O auge da demanda da indústria brasileira ocorreu nesse momento", pontua. "Mas por volta de 2014, a atividade voltou a cair, atingindo um ponto crítico nos dois anos seguintes", complementa.

O presidente da Abramet comenta que a indústria de materiais de construção vive um momento particular. "Nunca tivemos uma utilização tão baixa da capacidade", relata Cover. Segundo o dirigente, hoje o nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) do setor está em 67%. "Este é um sintoma de como a indústria está trabalhando com estoques baixos", acrescenta.

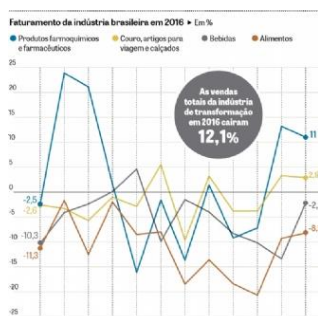
Ferreira diz ainda que o aumento do "estresse" nas negociações entre os níveis da cadeia atinge a todos os portes de empresas. "Em um outro cenário, talvez o pequeno cedesse à pressão de grandes companhias e abrisse mão de suas margens, mesmo em um momento de crise. Hoje, se este empresário fizer isso, ele pode quebrar", avalia.

Neste sentido, Ferreira acredita que este é um momento de aprendizado para a indústria. "As empresas estão aprendendo a lidar com essa situação e a negociação tende a ficar mais 'comercial', ou seja, sem grandes perdas para nenhum dos lados", estima.

Indústria vê mais um ano de demanda interna fraca e exportações em queda

03/03/2017 - Fonte: DCI

Fabricantes de alimentos, vestuário e cosméticos investem em processos de gestão, diante da perspectiva de manutenção da retração econômica no País e pressão cambial nos embarques



A combinação de demanda interna fraca e dificuldades para exportar, devido à cotação do dólar flutuando na casa dos R\$ 3, deve levar as fabricantes de bens de consumo a investir em processos de gestão para tentar escapar do terceiro ano seguido de perdas.

"As empresas têm se mostrado otimistas, porque todo mundo quer que a situação do País melhore, mas os elementos para a retomada real da economia não se confirmaram", avalia o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Nelson Marconi.

Segundo ele, diferente de 2016, quando a indústria direcionou o excedente de produção à exportação, ajudada por um patamar de câmbio favorável, este ano o real valorizado será prejudicial.

"Devemos ter outro ano com queda na indústria", acredita ele. No último ano, o faturamento da indústria de transformação caiu 12,1%, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para ele, o saque de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pode ajudar a desafogar o orçamento das famílias, mas terá pouco efeito sobre a demanda por bens de consumo. Com isso, o preço continuará sendo relevante nas decisões de compra.

A Nestlé, por exemplo, verificou uma perda no volume vendido no País após aplicar um reajuste de preços no ano passado. Já a brasileira BRF adotou uma gestão de preços mais agressiva para não perder participação de mercado em 2016. Apesar da iniciativa, o volume das vendas internas da companhia recuou 8,4%.

A queda combinada com uma alta nos custos dos insumos derrubou a rentabilidade da processadora de alimentos, que teve prejuízo de R\$ 372 milhões em 2016 ante lucro de R\$ 2,928 bilhões em 2015.

"Antes do fim do ano começamos a configurar que a companhia estava [em situação] ruim, então procuramos uma consultoria externa. A cadeia produtiva está funcionando bem, mas precisamos ajustar e conectar as duas pontas da cadeia [produção e consumidor]", disse o presidente do conselho de administração da BRF, Abílio Diniz, em teleconferência com analistas.

Segundo ele, é preciso entender melhor as demandas do consumidor, além de enfrentar os problemas impostos pelo ambiente econômico mais difícil com ajustes na gestão do negócio, para retomar ganhos.

No setor calçadista, a Cambuci decidiu ajustar o portfólio de produtos ainda em 2016 e conseguiu ampliar em 20% o volume de vendas de calçados de futebol no último ano.

"Investimos em uma linha intermediária, com calçados de maior valor agregado, mas com um preço acessível. Então quando o consumidor vê o nosso calçado 30% mais barato, mas com a mesma qualidade da concorrência, compra o nosso", declarou o diretor executivo do grupo, César Ferreira. A companhia atingiu a liderança no segmento em 2016.

Para 2017, a Cambuci continuará investindo na oferta de produtos intermediários e espera ampliar as vendas nos outros segmentos de calçados e artigos esportivos do grupo.

Valor agregado

Na Grendene, a perspectiva para o ano é menos otimista, apesar da gestão de portfólio e de custos ter apresentado resultados positivos em 2016. O custo por produto vendido da companhia caiu 7,6% no ano.

"Hoje a questão é muito mais a queda do consumo do que a concorrência, até porque não vimos nenhum fator que favoreça os concorrentes chineses", citou o diretor de relações com investidores da fabricante, Francisco Schmitt, em teleconferência com analistas.

Mesmo com a queda no volume de vendas e receita líquida, a companhia encerrou o ano com um aumento de 5,2% no lucro líquido, totalizando R\$ 2,11 bilhões. "Não sei se posso chamar de recuperação o que vimos no último trimestre de 2016, mas conseguimos um mix melhor de produtos, com um reforço nos itens de maior valor", contou Schmitt.

O nível de preços praticado pela fabricante de cosméticos Natura também melhorou no fim de 2016. Mas segundo o vice-presidente de finanças e relações com investidores da companhia, José Roberto Lettiere, a perspectiva sugere mais um ano difícil. "As notícias boas começam a surgir, mas a renda [das famílias] que é o que impacta o nosso nível de negócios, não apresentou sinal evidente de melhora".

A base de revendedoras da Natura encolheu 8,8% em 2016 e, neste ano, a gestão estratégica da companhia inclui revitalizar a venda direta para tentar aumentar as vendas.

Já a concorrente Avon ampliou, no ano passado, em 1% o quadro de representantes na América do Sul, região tem o Brasil como principal mercado. Mesmo assim, as vendas norte-americanas no País recuaram 3% em 2016.

A L'oréal, por sua vez, registrou crescimento de vendas dos cosméticos da La Roche-Posay e Vichy. As duas marcas da empresa têm forte presença em farmácias e cresceram acima do mercado no quarto trimestre.

No setor farmacêutico, a Hypermarcas vai concentrar esforços na gestão de custos para não perder rentabilidade com o fim do ciclo de desinvestimentos, que deve responder por uma queda de 40% no faturamento da companhia.

"Estamos investindo no centro de inovação e unidades de negócio, mas com um esforço para os gastos ficarem alinhados com o que tínhamos anteriormente", disse o presidente da Hypermarcas, Cláudio Bergarmo, em teleconferência.

Contração da indústria do Brasil perde força em fevereiro com melhora da confiança, aponta PMI

03/03/2017 - Fonte: DCI

Movimento foi atenuado com quedas mais brandas de novos pedidos e melhora da confiança, mas condições operacionais permanecem desafiadoras

A contração da indústria do Brasil perdeu força em fevereiro diante de quedas mais brandas de novos pedidos e melhora da confiança, mas as condições operacionais do setor permanecem desafiadoras de acordo com o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgado nesta quinta-feira.

O PMI da indústria brasileira subiu a 46,9 em fevereiro de 44,0 em janeiro, mas apesar da melhora permanece em território de contração pelo 25º mês seguido, destacando "uma deterioração adicional acentuada na saúde do setor", apontou o IHS Markit.

"À primeira vista, os dados do PMI de fevereiro permaneceram decepcionantes. Entretanto, as taxas de contração de produção, encomendas, exportações e emprego diminuíram desde janeiro", destacou a economista do IHS Markit Pollyanna De Lima.

"Em relação ao cenário, os dados ainda indicam momentos desafiadores à frente, com o IHS Markit prevendo que a economia do Brasil vai se estabilizar em 2017...e então retomar o crescimento em 2018", completou.

A demanda permaneceu fraca em fevereiro, mas a taxa de redução no volume de novos trabalhos recebidos atingiu o ponto mais lento desde novembro passado.

O volume de novos negócios provenientes do exterior também diminuiu, mas igualou o ritmo mais fraco na sequência atual de nove meses de desaceleração. O subsetor de bens de consumo foi o que registrou as perdas mais acentuadas.

Com isso o ritmo de queda da produção industrial também se moderou, atingindo o nível mais fraco desde novembro, tendo sido observado crescimento na categoria de bens de capital pela primeira vez em dois anos.

As dificuldades de caixa e necessidades mais baixas de produção continuaram afetando o mercado de trabalho em fevereiro, mas a taxa de perda de empregos, ainda que acentuada, atingiu o ponto mais fraco em mais de um ano.

Já os custos de insumos aumentaram com força em fevereiro diante dos preços mais altos dos metais, produtos químicos, têxteis, plásticos, papéis e combustíveis, fazendo com que os produtores elevassem os preços de venda mais uma vez. Assim, a inflação de preços cobrados atingiu recorde de oito meses.

Em relação às expectativas, o grau de otimismo melhorou diante das expectativas de recuperação econômica, com 73 por cento dos fabricantes prevendo aumento no volume de produção ao longo do próximo ano.

Assim, o nível de otimismo foi em fevereiro o mais alto registrado nos quase cinco anos de série histórica.

A indústria brasileira fechou 2016 com queda de 6,6 por cento na produção, terceiro ano seguido de perdas diante da fraqueza nos investimentos e da demanda interna frente à recessão no país.

Thyssen vende a siderúrgica CSA (RJ) para a Ternium

03/03/2017 - Fonte: Usinagem Brasil



Após alguns anos tentando se desfazer do negócio, a Thyssenkrupp fechou a venda da CSA - Companhia Siderúrgica do Atlântico, instalada no Rio de Janeiro, para o Grupo Ternium. Com valor fixado em 1,5 bilhão de euros, a negociação encerra a investida da empresa alemã na área de siderurgia nas Américas, que provocou prejuízos à companhia.

"Com a venda da CSA, nos separamos definitivamente da Steel Americas. Isso é um marco importante no redirecionamento da Thyssenkrupp para um grupo industrial forte", afirma Heinrich Hiesinger, CEO do grupo.

“Dessa forma, mais de 75% do volume de vendas serão gerados com os nossos negócios rentáveis de bens de capital e serviços.”

Em 2005 o grupo decidiu expandir o ramo de aço para as Américas. O planejamento original previa produzir placas de aço a baixo custo no Brasil, processando e comercializando-as nos EUA e na Europa.



i-CUT400TD, novo centro de furação da Hyundai

Esse conceito não funcionou. Após um aumento significativo dos custos de construção das fábricas no Brasil e EUA, além de problemas técnicos e grandes prejuízos no início das operações, deu início a um reexame do projeto como um todo, logo após o atual CEO assumir o cargo.

“Verificamos que a operação integrada de ambas as fábricas não era mais estrategicamente conveniente.

As condições econômicas mudaram muito. Por isso, tomamos as decisões corretas e necessárias no âmbito do redirecionamento da Thyssenkrupp e decidimos vender ambas as usinas”, relata Hiesinger.

Desde 2005, o grupo desembolsou mais de 12 bilhões de euros, somando investimentos e prejuízos na Steel Americas. Mesmo após a dedução das receitas da venda das usinas nos EUA e no Brasil, e da participação da Vale, resta uma perda de cerca de 8 bilhões de euros.

Os efeitos são percebidos até hoje no balanço. Segundo avaliação da própria empresa, a recuperação ainda demandará alguns anos.

A planta de laminação nos EUA foi vendida em 2014 para um consórcio da ArcelorMittal e da Nippon Steel.

Naquela época, não foi possível a venda da CSA, devido a compromissos contratuais complexos com a então sócia Vale. O grupo conseguiu dissolver esse relacionamento em maio de 2016 e desde então era proprietário exclusiva da CSA.

A Ternium é um dos líderes em siderurgia na América Latina, com 16 centros de produção no México, Argentina, Colômbia, Estados Unidos e Guatemala e é integrante do grupo controlador da Usiminas, com a Nippon Steel & Sumitomo Metal.

A Ternium comercializou 9,8 milhões de toneladas de aço laminado em 2016 e comprou cerca de 3,7 milhões de toneladas de placas de aço de terceiros. Com a aquisição da CSA, a Ternium adquire capacidade de produção suplementar para até 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano.

Desse total, 2 milhões de toneladas continuarão a ser fornecidos para a laminadora da ArcelorMittal / Nippon Steel nos EUA até 2019, de acordo com o contrato de fornecimento de placas de aço em vigor.

Bener passa a distribuir máquinas da Hyundai no País

03/03/2017 - Fonte: Usinagem Brasil

Há quase dois anos sem distribuidor no Brasil, a Hyundai Wia Machines, braço do conglomerado sul-coreano no segmento de máquinas-ferramenta, visitou várias empresas no País no final de 2016 em busca de um novo parceiro.

Ao final do processo, foi escolhida a Bener, que já assumiu a distribuição e os serviços de assistência técnica da marca, que conta com base instalada superior a 1 mil máquinas no Brasil.

Ricardo Lerner, diretor da Bener, que acaba de voltar de sua primeira convenção de distribuidores da Hyundai Wia, nos EUA, diz estar com boa expectativa com a nova representada. "Já estamos tendo um resultado muito bom, em termos de consultas e propostas. As fábricas de automóveis da Hyundai só usam máquinas da Hyundai Wia.

São máquinas de alta precisão e confiabilidade e acredito que podem ampliar nossa penetração nas montadoras", comenta Lerner.

O diretor observa que a Hyundai Wia possui portfólio com linha ampla de máquinas-ferramenta, com tornos CNC, centros de torneamento, máquinas multitarefa, centros de furação e centros de usinagem high speed.

"Estamos trabalhando para trazer máquinas o mais breve possível para o nosso showroom e também para expor na Feimafe, em junho", informa. A princípio, logo após o Carnaval, devem embarcar dois tornos CNC e um centro de furação que ficarão exposição no showroom e também serão expostos na Feimafe.

Melhor que o ano passado - Lerner observa que a Bener está confiante de que 2017 será melhor que o ano passado. "O ano já começou melhor, estamos com uma expectativa boa para 2017", comenta, destacando que tem observado essa tendência de melhora também nas conversas com os clientes.

"O mercado deve crescer principalmente no segundo semestre, mas já no segundo trimestre esperamos alcançar resultados positivos".

Matrix conquista espaço com restauração de ferramentas

03/03/2017 - Fonte: Usinagem Brasil



O antes e o depois de uma ferramenta restaurada pela Matrix

Fundada em 2008 para atuar no desenvolvimento e fabricação de ferramentas especiais, a Matrix Ferramentas tem conseguido conquistar espaço no mercado de recondicionamento e restauração de ferramentas. A atividade, que antes representava

apenas 15% dos negócios da empresa, no ano passado passou a responder por 40% do faturamento.

Valdir Reis, ex-Mitsubishi e ex-Tungaloy, que se tornou sócio da empresa em 2013, conta que a expansão na área de recondicionamento de ferramentas se deve ao emprego de novas tecnologias para a realização deste serviço.

“Em parceria com um fornecedor, nós desenvolvemos uma técnica de eletrodeposição (não é solda!) que mantém as características termomecânicas da ferramenta original e permite o acabamento igual ao de uma ferramenta nova”, informa.

Reis lembra que o serviço de restauração e recondicionamento de ferramentas era muito discriminado no mercado, por ser considerado um trabalho “menor”, em geral de baixa de qualidade.

“Essa técnica de eletrodeposição elevou o patamar desse serviço, dando melhor qualidade e resistência à peça restaurada. Além disso, temos como padrão devolver à peça as características originais: se era niquelada, vai voltar niquelada”, diz.

Além disso, ele garante que as ferramentas retornam aos proprietários balanceadas e com batimento radial igual ao das peças novas, em condições de ser utilizadas nas mesmas operações para as quais foram desenvolvidas, suportando esforços elevados, altas rotações etc.

“Fizemos testes em clientes da área aeronáutica com ótimos resultados”, diz e cita como exemplo a restauração de uma fresa para a usinagem de virabrequim, material extremamente solicitado: “quando o cliente a colocou na máquina, obteve o mesmo rendimento de uma ferramenta nova”, afirma.

A Matrix tem conquistado muitos clientes também com o serviço de modificação de alojamento de insertos.

“Quando as empresas trocam o seu fornecedor de ferramentas perdem o investimento realizado em especiais. Esse serviço permite que o cliente possa usar os insertos de outro fornecedor nas suas ferramentas especiais”, explica.

Instalada no bairro do Socorro, em São Paulo, a empresa também presta serviços de restauração de moldes e matrizes - inclusive, recentemente, produziu um molde para um cliente.

O portfólio de serviços da Matrix inclui ainda serviços de usinagem, consultoria em usinagem, cursos, treinamentos e assessoria na área de aplicação de ferramentas.



Governo não ouve indústria e reduz índices de conteúdo local

03/03/2017 - Fonte: Usinagem Brasil

De nada adiantou os movimentos realizados por entidades industriais e empresários nos últimos meses: o governo reduziu os índices de conteúdo local para a exploração de petróleo.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, anunciou na semana passada que haverá redução média de 50% nos percentuais de equipamentos e serviços produzidos no país exigidos em licitações de exploração de petróleo e gás.

Agora, para exploração em terra, o índice de conteúdo local será de 50%. Nos blocos em mar, o conteúdo mínimo será de 18% na fase de exploração, 25% para a construção de poços e 40% para sistemas de coleta e escoamento.

Nas plataformas marítimas, o percentual será de 25%. Atualmente, os percentuais de conteúdo local são definidos separadamente em cada rodada nos editais que são publicados para chamar os leilões.

De acordo com o ministro, o objetivo é dar competitividade para a indústria de óleo e gás. "Nós entendemos que melhor do que você ter um percentual alto que é inexecutável é você ter um percentual baixo onde todos poderiam atingir esse número. Se chegou a um número menor obrigatório, onde temos a convicção de que a indústria nacional está completamente à altura para poder atender a esse desafio", disse Coelho.

Posição da Indústria - Os novos índices apresentados pelo governo são considerados "péssimos" pelo setor industrial. Cesar Prata, presidente do Conselho de Óleo e Gás da Abimaq - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, disse que a indústria pediu encarecidamente que o governo não definisse índices globais de conteúdo local e separasse índices específicos para o setor de serviços e para a aquisição de bens. "O governo ignorou o nosso pleito e colocou índices globais em tudo", criticou.

Na opinião de Prata, o maior problema é a definição de 25% de conteúdo local para as plataformas. Atualmente, esse índice é de 65%, mas o setor aceitava reduzir para 40%, com separação entre serviços e materiais.

"O governo não só reduziu esse índice para 25%, mas deixou um índice global. Isso é péssimo". Pela estimativa da Abimaq, esse índice deverá ser consumido apenas com serviços, não abrangendo produtos industriais e de engenharia. "Para nós, empresários, significa que vamos ter que diminuir ainda mais de tamanho, vamos ter de demitir mais", disse Prata à Agência Brasil.

De acordo com o executivo, as federações de indústrias e sindicatos de trabalhadores vão se reunir para definir os próximos passos de mobilização.

"A tendência é não aceitar, porque acho que foi insensível com o momento que estamos vivendo. Esse índice aponta para mais de 1 milhão de desempregados este ano", disse.

Na apresentação dos novos números, feita no último dia 22 de fevereiro no Palácio do Planalto, o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, disse que o modelo atual já não faz diferenciação entre bens e serviços.

"A preocupação da indústria em relação à oferta de máquinas ou serviços é legítima, mas o modelo atual não faz essa diferença, porque a indústria petrolífera não faz essa diferença de compra de máquinas e serviços. Ela faz a diferença em investimentos em exploração, em desenvolvimento."

Para o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), as novas regras de conteúdo local representam uma importante simplificação e adequação das regras à capacidade de fornecimento da indústria nacional e vão colaborar para destravar investimentos, gerar empregos e estimular maior competição na 14ª rodada de licitações de blocos.

A entidade, que representa empresas do setor, avalia que a definição de índices globais de conteúdo local por segmentos representa um avanço frente ao modelo atual.

"Acreditamos que traz uma sinalização de que se persegue o caminho de maior atratividade para os projetos futuros, cenário que favorece novos investimentos na indústria de óleo e gás no Brasil", disse o IBP, em nota.

BMW amplia produção do X1 no Brasil para exportação

03/03/2017 - Fonte: Usinagem Brasil



Linha de produção da BMW em Araquari (SC)

A BMW anunciou na semana passada que a fábrica da empresa, instalada em Araquari (SC), terá produção adicional de cerca de 2.000 unidades do BMW X1 que serão exportadas para os países do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). Trata-se de um contrato temporário para atender a oferta global do X1, que também é produzido na Alemanha. O volume é um pedido adicional às 10.000 unidades acordadas em 20 de abril de 2016.

"A procura por BMW X1 tem aumentado globalmente nos últimos meses e a escolha da fábrica de Araquari para suprir esta demanda mostra mais uma vez que temos a expertise para atender aos rigorosos requisitos de qualidade e eficiência exigidos pelo BMW Group, e que nós somos capazes de enviar veículos para outros mercados", disse Helder Boavida, presidente e CEO do BMW Group Brasil.

Atualmente, além do BMW X1, o complexo fabril de Araquari é responsável pela produção do BMW Série 3, do BMW X3 e do BMW X4 para o mercado brasileiro. "Esta é uma ocasião para atualizar os ciclos de produtos e nossa flexibilidade nos permite acelerar a produção do BMW X1 para dar suporte às demandas globais", explica Carsten Stöcker, vice-Presidente sênior da fábrica do BMW Group em Araquari.

"Nossa qualidade em Araquari nos proporciona os melhores resultados e podemos oferecer os mesmos padrões globais que o BMW Group disponibiliza em todo o mundo".

Em 2016, a BMW vendeu globalmente 2.003.359 veículos (um aumento de 5,2% em relação a 2015), dos quais 644.922 foram modelos X (alta de 22,3% em relação a 2015). Um em cada três modelos BMW vendidos em 2016 era um veículo X. A fábrica brasileira produziu no ano passado 15.408 unidades.

Pollux fecha parceria com a PTC na área de IoT

03/03/2017 - Fonte: Usinagem Brasil

A Internet das Coisas, ou IoT como é conhecida na sigla em inglês, pode para gastos no ambiente industrial e melhorar a produtividade ao interligar sistemas de informações a todo o maquinário do chão de fábrica. Para disseminar o potencial de aplicação da IoT na indústria brasileira, a Pollux acaba de estabelecer parceria com a multinacional americana PTC.

Pelo acordo, a Pollux Digital, braço da Pollux - empresa brasileira com 20 anos de experiência em automação industrial -, irá desenvolver soluções de integração entre as tecnologias de operação e informação dentro da plataforma ThingWorx, da PTC.

De acordo com José Rizzo, CEO da Pollux, "a ThingWorx é a principal plataforma nativa para desenvolvimento de aplicações IoT e, com a nossa expertise, podemos usá-la para criar soluções específicas para cada cliente".

Assim, na chamada internet industrial, esse modelo transforma cada peça de maquinário e equipamentos em geradores de dados sobre seu próprio funcionamento. Por meio da conectividade da IoT, esses dados são analisados em tempo real e integrados aos sistemas de informação das empresas.

Ao final desse processo, otimiza-se o funcionamento da fábrica como um todo. "É uma maneira de aplicar inovações da Indústria 4.0 para tornar o ambiente industrial mais preditivo, com a máxima eficiência operacional", diz Marcos Primo, diretor da PTC no Brasil.

Integrada a fábricas de qualquer segmento, um exemplo dessa tecnologia é a diminuição de até 80% de paradas não programadas em plantas onde a internet industrial já é utilizada - resultado observado no exterior.

"Normalmente, essas pausas interrompem a linha de produção e são necessárias horas para identificar e corrigir o problema. Com a conectividade dos sistemas, é como se o equipamento defeituoso avisasse 'vou quebrar em dois dias'", brinca Rizzo.

Oferecidas num modelo de assinatura semelhante ao SaaS (Software as a Service), as aplicações da Pollux Digital possuem custo acessível. No contexto de crise pela qual passa o país, Rizzo avalia que a internet industrial é uma alternativa para empresas com alguma capacidade de investimento melhorarem seu desempenho.

"E isso pode ser feito de maneira gradual, de modo que os ganhos obtidos com a otimização de alguns setores da fábrica paguem pela implementação dos processos seguintes", afirma.

O acordo entre as duas empresas é a primeira parceria de integração IoT por parte da PTC com uma empresa brasileira. Além de abrir portas para o intercâmbio de tecnologia e ferramentas, o negócio visa a expansão da internet industrial no Brasil.

Ainda incipiente no país, o setor ganhou o primeiro órgão de representação em agosto do ano passado: a Associação Brasileira de Internet Industrial (ABII) - hoje, presidida por Rizzo.

GE Brasil fornecerá 82 aerogeradores à CER Energia

03/03/2017 - Fonte: Usinagem Brasil



A CER - Companhia de Energias Renováveis e a GE Wind do Brasil assinaram contrato que formaliza o primeiro acordo entre as duas empresas. A GE irá fornecer os aerogeradores para a segunda etapa do Complexo Eólico Assuruá, na Bahia, agregando 205 MW de capacidade instalada ao complexo. Além dos equipamentos, a GE também será responsável pela operação e manutenção das máquinas por cinco anos.

“Este acordo com a CER nos permitirá oferecer novos patamares produtivos para esta indústria”, diz Jean-Claude Robert, líder de Wind da GE Renewable Energy para América Latina.

Além disso, o executivo revela que a chegada a uma nova região da Bahia pode resultar em novos investimentos da empresa no setor, como a criação de um novo Centro de Serviço para atender a região.

A GE fornecerá 82 unidades da turbina 2.5-116, com torres de 90 m de altura, modelo que oferece ganho de eficiência ao parque eólico, pois o equipamento maximiza a produção de energia, reduz o gasto de infraestrutura e torna o custo nivelado de energia (LCOE) da fonte eólica ainda mais competitivo.

A utilização desta turbina traz um adicional de até 32% na produção de energia a 8.5 m/s, quando comparada à versão 1.7MW da GE.

De acordo com a GE, após o cancelamento do leilão de energia de reserva em dezembro de 2016, “esse acordo representa uma notícia positiva para o setor eólico e reforça a força desta indústria, posicionando-a mais uma vez como um dos grandes exemplos de sucesso do Brasil nos últimos anos”.

As máquinas da GE serão utilizadas pela CER para atender aos contratos de energia comercializados no Leilão de Reserva de 2014. Além deste projeto, a CER tem 68 MW em operação e conta com outros PPAs para mais oito parques, vendidos nos Leilões A-5 de 2013 e 2014.

“Vamos colocar todos os nossos esforços para garantir a satisfação do cliente e poder ampliar a parceria”, antecipa Jean-Claude Robert.

Parques mais produtivos do Brasil - As turbinas eólicas da GE conquistaram expressivo recorde em dezembro de 2016, de acordo com dados da CCEE, organizados pelo engenheiro Felipe de Freitas.

Dos dez parques eólicos mais produtivos do País, nove operam com equipamentos GE. Localizados no Piauí e Pernambuco, todos registraram fator de capacidade acima de 61,86%, sendo que o líder do ranking superou a barreira de 80%, com 80,59%.

China expressa dúvida sobre tarifas da UE sobre produtos de aço

03/03/2017 - Fonte: Inda

A China manifestou dúvidas sobre as tarifas exorbitantes impostas pela União Europeia (UE) aos produtos de aço provenientes do país e pediu o fim das medidas injustas.

A Comissão Europeia, o órgão executivo da UE, anunciou recentemente sua decisão de impor tarifas antidumping contra as chapas de aço chinesas por um período de cinco anos, com taxas de 65,1% a 73,7%.

Wang Hejun, diretor do departamento de defesa comercial e investigação do Ministério do Comércio, disse que a China tem grandes dúvidas sobre a decisão e está muito preocupada com a tendência protecionista da UE sobre os produtos siderúrgicos chineses.

Wang disse que a investigação da Comissão Europeia desconsiderou os fatos e materiais oferecidos pelas empresas chinesas e continuou a usar a abordagem do país substituto de forma "injusta e irracional", afetando seriamente os interesses das empresas chinesas.

Ele pediu que a UE cumpra com suas obrigações conforme a Organização Mundial de Comércio e aplique uma abordagem justa e não discriminatória em relação às empresas chinesas. Uma recuperação econômica morna e demanda fraca são culpadas pela situação enfrentada por fabricantes de aço globais, informou Wang. Os países devem se unir para enfrentar as dificuldades com soluções que beneficiam a todos.

A dependência fácil de medidas protecionistas somente minará a ordem comercial global. De acordo com Wang, a China está disposta a fortalecer as comunicações com a UE e trabalhar com a UE para resolver adequadamente os problemas enfrentados pela indústria siderúrgica.

China quer realocar 500 mil trabalhadores da indústria de carvão e do aço em 2017

03/03/2017 - Fonte: Inda

A China precisa realocar meio milhão de trabalhadores das indústrias siderúrgicas e do setor de carvão em 2017 devido a cortes de capacidade nesses segmentos, afirmou o ministro do Trabalho da China nesta quarta-feira, com o país tentando reduzir excedentes.

"Este ano vamos continuar a cortar a capacidade de carvão e aço", disse a jornalistas Yin Weimin, que está à frente do Ministério da Recursos e Seguridade Social. "Nós precisaremos realocar empregos para 500 mil trabalhadores", ele afirmou.

A China vai adotar uma política este ano para incentivar o desenvolvimento de novas indústrias, como aquelas relacionadas à internet, que vai criar novos empregos. O país realocou 726 mil trabalhadores do setor de carvão em 2016 "sem grandes problemas", disse ele.

Copom indica em ata que pode intensificar ritmo de corte dos juros

03/03/2017 - Fonte: G1

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central sinalizou nesta quinta-feira (2), por meio da ata de sua mais recente reunião, quando os juros foram reduzidos de 13% para 12,25% ao ano, que pode optar, nos próximos meses, por intensificar o ritmo de corte da Selic.

A definição da taxa de juros pelo BC tem como foco o cumprimento da meta de inflação que é definida todos os anos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Normalmente, quando a inflação está em alta, o BC eleva a Selic na expectativa de que o encarecimento do crédito freie o consumo e, com isso, a inflação caia.

Quando as estimativas para a inflação estão em linha com as metas predeterminadas pelo CMN, o BC reduz os juros. É o que está acontecendo agora. Por conta do cenário de recessão na economia, a inflação está em queda livre.

Para 2017 e 2018, a meta central de inflação é de 4,5% e o teto do sistema de metas é de 6%. Na semana passada, o BC já tinha indicado que os juros podem chegar a 9,5% ao ano no fim de 2017.

Na ata do Copom, divulgada nesta quinta-feira, o BC informou que sua projeção de inflação para 2017 recuou em relação à divulgada em janeiro e se encontra em torno de 4,2% (abaixo da projetada pelo mercado, de 4,36%). Ainda de acordo com o documento, para 2018 a projeção para o IPCA - a inflação oficial do país - está ao redor de 4,5%.

"Os membros do Comitê reafirmaram o entendimento de que, com expectativas de inflação ancoradas, projeções de inflação na meta para 2018 e marginalmente abaixo da meta para 2017, e elevado grau de ociosidade na economia, o cenário básico do Copom prescreve antecipação do ciclo de distensão da política monetária [corte da taxa de juros]", informou o BC na ata do Copom.

Ritmo de corte

Em relação ao ritmo de corte de juros, o Comitê informou entender que, "uma intensificação do ritmo equivale a um maior grau de antecipação do ciclo."

"Alguns membros do Comitê ponderaram que essa estimativa de extensão poderá ser revisada também em função do grau de antecipação do ciclo", acrescentou o BC.

O mercado financeiro ainda não projeta um aumento do ritmo de corte de juros. Na semana passada, os economistas dos bancos, em pesquisa conduzida pelo BC, estimaram que o Copom manterá a velocidade atual, e cortará os juros para 11,50% ao ano em abril, para 10,75% ao ano no fim de maio, e para 10,25% ao ano em julho (já reduzindo o ritmo de corte nesta reunião).

De acordo com o Banco Central, uma "possível intensificação" da velocidade de redução dos juros "dependerá da estimativa da extensão do ciclo, mas, também, da evolução da atividade econômica, dos demais fatores de risco e das projeções e expectativas de inflação."

"Assim, os membros do Comitê debateram os próximos passos [sobre o ritmo de corte da taxa de juros] e manifestaram preferência por manter maior grau de liberdade quanto às decisões futuras, a serem tomadas em função da evolução do cenário básico do Copom e dos fatores de riscos apontados acima", informa a ata.

O Copom avaliou também que a aprovação e implementação das reformas fiscais, notadamente a reforma da Previdência, além de outras reformas e ajustes necessários na economia, pode produzir uma queda da taxa de juros estrutural da economia brasileira.

"Nesse contexto, o Comitê continuará reavaliando suas estimativas da taxa estrutural de juros da economia ao longo do tempo. Essa dimensão produz mudanças menos frequentes e mais estruturais para a política monetária [decisão sobre o ritmo de corte de juros por parte do Copom]", concluiu o Banco Central.

Receita passará a cruzar informações de médicos e do eSocial na malha fina do IR

03/03/2017 - Fonte: G1

Medida tem o objetivo de identificar fraudes nas deduções de despesas com saúde e com empregados domésticos. Prazo para declarar IR começa em 2 de março.

A malha fina do Imposto de Renda passará a cruzar, neste ano, informações prestadas pelos contribuintes com aquelas fornecidas por médicos e com dados do eSocial, página usada para cadastro de empregadores e empregados domésticos.

Na semana passada, a Receita Federal liberou o download do programa gerador do Imposto de Renda de 2017. O prazo para a entrega das declarações começa nesta quinta (2) e vai até o fim de abril.

De acordo com a chefe da malha fina do Imposto de Renda, Elaine Pereira de Souza, o Fisco já solicitava, desde o ano passado, que os profissionais de saúde que atuam como autônomos informassem, em sua declaração do IR, o CPF dos seus pacientes. Entretanto, disse, esse dado ainda não estava inserido nos cruzamentos da malha fina, o que acontecerá a partir deste ano.

"A gente passou o ano passado calibrando isso aí e, a partir desse ano, vai ampliar a utilização para poder checar as despesas médicas. Tínhamos os dados no ano passado, mas não estávamos cruzando ainda. Esse ano vamos cruzar", afirmou Souza em entrevista ao **G1**.

eSocial

Outra novidade da malha fina neste ano é o uso dos dados do eSocial no cruzamento de dados. Nos últimos anos, a Receita usou as guias de pagamento da Previdência Social para checar informações sobre despesas dos contribuintes com empregados domésticos. Com a instituição do eSocial, no ano passado, o Fisco passará a ter mais detalhes sobre esses contratos de trabalho.

Pela regra, é permitido ao contribuinte abater parte do valor pago aos empregados domésticos com tributos, mas somente por meio da declaração completa.

"Hoje, com o eSocial, temos mais informações em base. Esse é o primeiro ano [de uso de dados do eSocial] e todos os batimentos vão ficando mais aprimorados", disse Flavio Vilela Campos, coordenador-geral de Fiscalização da Receita Federal.

O objetivo da medida é identificar deduções indevidas no Imposto de Renda, de despesas com empregados domésticos. Campos lembrou que, no ano passado, o Fisco lançou uma operação contra fraudes nessas deduções, chamada de "Falsa Patroa".

"Um escritório de contabilidade usou dois CPFs de empregadas doméstica em 13 mil declarações", relatou ele.

Quem deve declarar?

De acordo com a Receita Federal, deverá declarar, neste ano, o contribuinte que recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2016. O valor subiu 1,54% em relação ao ano passado, quando somou R\$ 28.123,91 (relativos ao ano-base 2015), embora a tabela do Imposto de Renda não tenha sido corrigida em 2016.

Quem optar pelo desconto simplificado, abre mão de todas as deduções admitidas na legislação tributária em troca de uma dedução de 20% do valor dos rendimentos tributáveis, limitada a R\$ 16.754,34, mesmo valor do ano passado.

Estudo divulgado em janeiro pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) aponta que, entre 1996 e 2016, a tabela do IRPF acumula uma defasagem de cerca de 83%. A defasagem acumulada no ano passado ficou em 6,36% – a maior dos últimos 13 anos. Isso sem contar a correção de 1,54% no limite de isenção.

No fim do ano passado, o governo informou que pretende corrigir a tabela do IR em 5% neste ano, o que valerá, se implementado, para a declaração do IRPF de 2018, referente ao ano-base 2017. Entretanto, ainda não decidiu se a correção será mesmo feita.

De acordo com a Receita Federal, também estão obrigados a declarar o Imposto de Renda neste ano:

- Os contribuintes que receberam rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma tenha sido superior a R\$ 40 mil no ano passado.
- Quem obteve, em qualquer mês de 2016, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.
- Quem teve, em 2016, receita bruta em valor superior a R\$ 142.798,50 em atividade rural;
- Quem teve, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300 mil.
- Quem passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nessa condição encontrava-se em 31 de dezembro de 2016.

"É vedado a um mesmo contribuinte constar simultaneamente em mais de uma Declaração de Ajuste Anual, seja como titular ou dependente, exceto nos casos de alteração na relação de dependência no ano-calendário de 2016", informou o Fisco.

Toyota reduz cargos executivos e busca agilizar tomada de decisão

03/03/2017 - Fonte: DCI

Montadora japonesa trabalha em direção a um corpo executivo mais delgado para competir melhor em uma indústria que sofre mudanças rápidas

A Toyota Motor reduziu o número de posições de alto escalão para acelerar a tomada de decisões, já que a montadora japonesa trabalha em direção a um corpo executivo mais delgado para competir melhor em uma indústria que sofre mudanças rápidas.

O movimento vem com a segunda montadora do mundo por vendas, atrás da Volkswagen da Alemanha, esperando acelerar a tomada de decisão para recuperar a

liderança em uma indústria cada vez mais focada em novas tecnologias, incluindo a condução autônoma e unidades de baixa emissão.

Anunciando mudanças de pessoal para o ano fiscal a partir de abril, a montadora japonesa disse nesta quarta-feira em um comunicado que reduziria as posições de seu conselho diretor de 11 para 9.

Sob a nova estrutura, também apenas o presidente Akio Toyoda e o presidente do conselho (chairman) Takeshi Uchiyamada permanecerão diretores representativos após a Toyota cortar o número de tais postos de seis anteriormente.

A montadora reduziu o número de diretores representativos para centralizar a responsabilidade e a prestação de contas para toda a empresa, enquanto um número menor de diretores aceleraria as decisões executivas, disse à Reuters a porta-voz da Toyota, Kayo Doi.

A mudança ocorre apenas um ano depois que a Toyota reformulou sua estrutura corporativa para enfatizar a gestão baseada em produtos e não em regiões.

"Esta mudança estrutural não é uma resposta, mas uma oportunidade", disse o presidente Toyoda no comunicado.

Ele disse que a mudança era necessária para "nos permitir permanecer viáveis em uma era em que estamos produzindo e vendendo 10 milhões de veículos por ano".

IR: Microempreendedor Individual também declara

03/03/2017 - Fonte: Portal Contábil



Uma dúvida muito comum é se Microempreendedor Individual (MEI) declara imposto de renda? Dúvida totalmente válida e importante, tendo em vista a manutenção da regularidade do negócio depender da apresentação das declarações e relatórios devidos.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o MEI declara imposto de renda como pessoa jurídica que é, tendo até o dia 31 de maio de 2017 para enviar a Declaração Anual do Simples Nacional do MEI (DASN-SIMEI), referente ao ano de 2016, por meio do Portal do Simples Nacional.

No entanto, de acordo com sua renda anual e seus bens pessoais, o MEI poderá, ainda, ter que enviar à Receita Federal uma declaração de imposto de renda de pessoa física.

Dessa forma, se o empreendedor teve rendimentos tributáveis em 2016 maiores que o limite, deverá fazer, além da declaração anual de MEI, a declaração de imposto de renda como pessoa física. Uma não exclui a outra.

MEI declara imposto de renda – 2016?

A apresentação da declaração é realizada de maneira totalmente gratuita e não necessita da instalação de qualquer programa de computador. Deve-se possuir basicamente três informações para a declaração:

Faturamento no ano anterior;

Quanto foi obtido por meio de revenda (comércio) ou venda (indústria) de produtos;
Se possui algum empregado.

Para conseguir as informações acima, consulte seus relatórios mensais e notas fiscais emitidas no ano anterior.

Como o MEI declara imposto de renda?

1º No sistema do Simples Nacional, selecione a opção Cálculo e Declaração, presente na aba referente ao Simei;

2º Na página seguinte, clique no link – Declaração Anual Simplificada para o MEI – e selecione o ano-calendário (2016) na linha -Original- ou -Ratificadora- se você estiver fazendo uma correção;

3º Clique em -Continuar- e preencha os dados de acordo com seus registros.

MEI paga imposto de renda com a declaração?

Não. A declaração anual tem caráter unicamente informativo. Desde que você esteja com os rendimentos dentro do limite anual de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), não há qualquer outro imposto ou taxa a ser pago.

Prazo para declaração MEI 2016 e multa

O prazo para entrega da declaração referente ao faturamento em 2016 e até 31 de maio de 2017.

Caso não apresente a declaração anual até a data máxima, haverá a cobrança de multa. Além disso, o MEI ficará impedido de gerar a DAS, documento de pagamento mensal obrigatório pelo MEI, ficando, ainda, inadimplente com o Simples Nacional.

Para concluir, o MEI também poderá perder eventuais benefícios previdenciários e, por estar inadimplente junto à Receita Federal, não poderá conseguir a certidão negativa desse Órgão, o que o impede de conseguir financiamento bancário, por exemplo.

IR 2017: Empresa que não entregou comprovante de rendimento pode ser multada

03/03/2017 - Fonte: Portal Contábil

Empregadores tinham prazo até o último dia de fevereiro para fornecer documento



O prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda começa amanhã, 3, e todas as pessoas físicas já devem ter em mãos os comprovantes de rendimento. Os

empregadores tinham até o último dia de fevereiro para entregar o documento aos trabalhadores.

Caso contrário, ficam sujeitos a uma multa de R\$ 41,43 por comprovante. Quem não recebeu, tem que procurar o empregador. Se não der certo, a Receita Federal recomenda que o contribuinte comunique o fato à unidade de atendimento mais próxima, "para as medidas legais cabíveis".

O Fisco permite que o comprovante seja disponibilizado online, desde que o empregado tenha um endereço eletrônico. Nesse caso, fica dispensado de entregar o documento em sua forma física.

Se houver inexatidão nas informações, como salários que não foram pagos ou rendimentos isentos que foram computados, o trabalhador deve pedir à empresa outro comprovante, com as informações corretas.

"Na impossibilidade de correção, por motivo de força maior, o contribuinte pode utilizar os comprovantes de pagamentos mensais, ficando sujeito à comprovação de suas alegações, a critério da autoridade lançadora", explicou o Fisco.

A empresa que prestar informação falsa sobre rendimentos pagos, deduções ou imposto retido na fonte, está sujeita à multa de 300% sobre o valor que foi indevidamente declarado. A mesma penalidade é aplicada ao contribuinte que, sabendo da irregularidade, se beneficiou da declaração de informações incorretas.

O período para entrega da declaração do Imposto de Renda vai do dia 2 de março até 28 de abril para 28,3 milhões de contribuintes, segundo estimativa da Receita Federal.

Terão que declarar os rendimentos obtidos em 2016 todos os trabalhadores que tiveram uma renda anual de R\$ 28.559,70. Também estão nessa lista quem teve rendimentos isentos ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil; quem obteve ganho de capital na venda de bens ou com operações em bolsa; produtores rurais com receita acima de R\$ 142.798,50; e quem possui bens ou direitos acima de R\$ 300 mil.

Na declaração deste ano será permitida dedução por dependente de R\$ 2.275,08. O desconto individual por despesas com educação é de R\$ 3.561,50. Não há limite para dedução de gastos com saúde. (AG).

Fim da CLT será encaminhado ao Planalto

03/03/2017 - Fonte: Portal Contábil

Magistrados liberais avaliam que o projeto de reforma trabalhista enviado pelo governo é "tímido" e "limitado"

Um projeto será encaminhado em breve ao Planalto propondo uma ampla reforma na legislação trabalhista com criação do Estatuto Brasileiro do Trabalho e a revogação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943.

A proposta já ganha corpo e adesão na ala mais liberal da magistratura trabalhista, que defende a modificação de dezenas de artigos da CLT.

Eles consideram "tímido" e "limitado" o projeto do governo que está sendo analisada por comissão especial do Congresso por sugerir mudanças em apenas em apenas seis artigos da lei em vigor.

Na avaliação dos elaboradores da proposta, as mudanças previstas não mudam em nada a insegurança jurídica que existe hoje na legislação. Não se sabe prever, por exemplo, quanto custará à empresa a demissão de um servidor. Tudo depende da cabeça de cada juiz que analisa cada caso.

Os seis artigos que o governo propôs também não vão alterar a realidade hoje dos tribunais, onde tramitam 3 milhões de processos trabalhistas. Nem vai evitar a quebra de muitas empresas, como ocorre atualmente.

A informação é do jornal '**Diário do Comércio e Indústria**'.

Terceirização vem aí

Depois do carnaval está certo: vai entrar na passarela do plenário da Câmara o projeto de terceirização irrestrita de mão de obra para todas as atividades das empresas. É a última fase de tramitação de proposta apresentada ao Congresso em 1998 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e cuja urgência foi retirada pelo ex-presidente Lula.

O acordo para a votação da matéria foi fechado entre o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e do da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). De acordo com o projeto, todas as atividades das empresas podem ser terceirizadas, inclusive as atividades fim, aquelas que são específicas do empreendimento. Isso é vetado hoje por súmula do Supremo Tribunal Federal.

A decisão atropela a tramitação de projeto semelhante que está sob a relatoria do senador Paulo Paim (PT-RS), cujo parecer contrário à terceirização irrestrita foi apresentado há alguns dias no Senado. Há expectativa de que a aprovação da matéria na Câmara aumente o caldeirão de protestos contra as reformas previdenciária e trabalhista do governo Temer já nos próximos dias. Inclusive no próprio Congresso.

Deputados, uni-vos

Os deputados que fazem parte da Comissão Especial da Reforma Trabalhista vão colocar o pé na estrada para discutir as mudanças na legislação. Serão 16 municípios por onde a caravana vai passar para ouvir sindicatos, a classe empresarial, entre outros. Mesmo assim, o relator Rogério Marinho (PSDB-RN) não acredita em atrasos no cronograma já traçado.

Os parlamentares pretendem se reunir em pelo menos uma capital de todas as regiões do país. Na comitiva haverá um deputado de cada estado que seja integrante da Comissão Especial. Pela previsão da Câmara, o relatório final da reforma trabalhista deverá ser apresentado em maio.

MP das terras para estrangeiros

O governo está preparando uma medida provisória sobre venda de terras para estrangeiros que colide com a posição das Forças Armadas em termos de defesa da soberania nacional.

Hoje, quem vem de outro país pode comprar até quatro módulos rurais, cujas dimensões vão de 30, 50 e 100 hectares equivalentes em campo de futebol, dependendo da região do País. Se a MP for aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Michel Temer, isso muda para 100 mil hectares.

A alegação do Palácio do Planalto é que o país precisa de mais investimentos. Pelo cálculo do governo, seriam mais R\$ 50 bilhões a entrar para os cofres públicos.

A proposta está sendo formulada pela Advocacia-Geral da União (AGU), em conjunto com a Casa Civil. A maior resistência está sendo dos militares, que alegam questões de segurança nacional. Os principais aliados à proposta é a bancada ruralista.

Obrigações fiscais a menos

Também está previsto para a primeira semana após o carnaval, a votação no plenário do Senado, da PEC da Desburocratização. A proposta de emenda já passou em primeiro turno, na última quinta-feira, e deverá ser levada à primeira sessão deliberativa para a primeira votação.

A PEC reduz obrigações fiscais e trabalhistas para municípios pequenos, prevê tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas e a criação do Estatuto do Contribuinte, entre outras coisas.

Agenda fiscal exigirá que empresas invistam em tecnologia e pessoas

03/03/2017 - Fonte: Portal Contábil

O governo federal já sinalizou que não irá criar ou elevar impostos, porém a agenda de obrigações fiscais e tributárias do fisco demandará que as empresas continuem investindo em tecnologia e pessoas

O gerente tributário da consultoria de soluções fiscais Synchro, Leonel Siqueira, conta que as companhias não interromperam, nos últimos dois anos, os seus aportes voltados para o desenvolvimento de sistemas de declaração tributária, mesmo em meio à crise econômica.

“As empresas sempre investiram uma parte do seu orçamento no aprimoramento dos seus sistemas internos de declaração fiscal e tributária, porque é inviável, hoje em dia, que elas atendam as exigências do fisco de forma manual”, comenta Siqueira, referindo-se às determinações estabelecidas pelo Sistema Públicos de Escrituração Digital (SPED) que, desde 2007, vem implementando um calendário de digitalização de todos os dados contábeis, fiscais e tributários das empresas do País.

“As companhias fizeram esse investimento, de uma forma ou de outra, mesmo com a recessão. Umas pagaram a mais por isso, outras renegociaram contratos, mas todas tiveram que entregar as informações para o fisco”, complementa Siqueira.

Segundo o especialista, as empresas devem continuar direcionando recursos para desenvolver tecnologias e treinar pessoas com o intuito de atender a agenda do fisco para este ano.

“As empresas precisam, no mínimo, ter um sistema com funcionalidades básicas: um sistema que calcule os tributos corretamente para fins de recolhimento e que consiga fazer as devidas declarações”, pontua o Siqueira.

Ele também destaca que a formação adequada de mão de obra é essencial para lidar com as mudanças do sistema. “O analista tem que estar preparado para atender as atualizações tributárias”. afirma.

Calendário

Na avaliação do gerente tributário da Synchro, um dos cronogramas que os empresários devem ficar mais atentos é a atualização do emissor da nota fiscal eletrônica (NFe), da versão 3.10 para 4.0.

“É vital que os sistemas de geração de nota fiscal sejam devidamente atualizados, pois, senão, tiverem, terão problemas para fazer o seu faturamento neste ano, principalmente nas empresas de comércio”, alerta.

Siqueira aconselha as empresas a terem o máximo de cuidado no momento de abastecer os seus sistemas com informações, mesmo nos módulos do SPED que foram implementados recentemente.

É o caso do Bloco K, por exemplo, cuja entrega para as empresas com faturamento acima de R\$ 300 milhões passou a ser obrigatória a partir do 1º de janeiro de 2017.

O Bloco K exige o envio eletrônico de dados detalhados para o fisco sobre a movimentação do estoque pelas empresas. “Nós observamos que, nos primeiros dois anos de início de uma obrigação acessória, o fisco simplesmente verifica e analisa os dados que foram entregues, sem se manifestar para fins de penalização”, diz.

“Porém, é depois deste período de cerca de dois que os requerimentos de prestação de informações começam a chegar nas empresas. Por isso, é importante que todos os controles internos das companhias estejam adequados desde o início da implementação de um módulo”, acrescenta.

Siqueira cita que outra atualização importante que ocorrerá neste ano é a obrigação do Código Especificador de Substituição Tributária (CEST), no âmbito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Este código irá padronizar todos os produtos sujeitos à substituição tributária e à antecipação de recolhimento do ICMS. Este será obrigatório a partir de julho deste ano.

“Se esse código não existir ou estiver errado [nas declarações], a empresa incorrerá em multas”, lembra Siqueira. “As empresas devem ficar atentas ao ‘ritmo digital’ imposto pelo fisco, garantindo que a sua equipe de compliance esteja alinhada com as datas. Além disso, é importante ficar atento às legislações de cada estado e suas regulamentações”, afirma.

Multinacionais

No que diz respeito à Escrituração Contábil Fiscal (ECF), uma das principais novidades é a criação do bloco W, ou a declaração País-a-País, que faz parte do BEPS (Base Erosion and Profit Shifting), um projeto internacional que tem como objetivo coibir as fraudes tributárias internacionais.

O módulo atinge as empresas multinacionais que atuam no Brasil e deverá ser entregue em julho deste ano, com informações referentes ao ano calendário de 2016.

A declaração é um relatório anual direcionado à administração tributária do país de origem da companhia, informações como a localização de suas atividades, à alocação global de renda, impostos pagos e devidos.

Já as mudanças no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) terão repercussão em 2017. Com quase 200 NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) alteradas, a Tabela Externa Comum (TEC) foi a mais impactada.

“Para não cometer erros, as empresas devem ficar atentas aos NCMs corretos, além de dar atenção especial à classificação fiscal de suas mercadorias.”

Regime de regularização cambial e tributária gera debate

03/03/2017 - Fonte: Portal Contábil

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) recebeu em sua sede a primeira edição do ano do projeto Quintas do Saber. Especialistas discutiram o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Retct), conhecido como Lei de Repatriação, que permitiu, entre janeiro e outubro do ano passado, que pessoas físicas e jurídicas com recursos não declarados no exterior até 31 de dezembro de 2014 pudesse regularizar os valores, mediante pagamento de imposto e multa.

Também foi apresentada a parceria firmada entre a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

O Retct permitiu a arrecadação de cerca de R\$ 45 bilhões, mas está cercado por polêmicas. Segundo Barreto, a lei não foi clara em diversos pontos, o que pode levar a uma série de questionamentos posteriores. "Para mim, a repatriação está apenas começando, porque os problemas começam a aparecer agora", disse. Ele mencionou a cobrança de multa, já reconsiderada pela Receita Federal, dos contribuintes que aderiram ao programa.

Ainda de acordo com ele, há também questionamento sobre os valores que foram cobrados, tanto os referentes às multas quanto ao imposto cobrado.

"Esse dinheiro que está lá é renda, é honorário, é herança? Como se chegou ao valor de 15% de imposto e 15% de multa? Parece-me que o melhor é entendermos que essa é uma medida, como o próprio nome diz, especial, então ela tem um regime único, específico para ela."

Barreto lembra que o Brasil é o país com maior número de disputas judiciais tributárias, e a Lei de Repatriação é um bom exemplo do por que isso ocorre. "Há uma discussão sobre se o imposto deve ser pago sobre o valor na conta no exterior em 31/12/2014, que chamamos de foto, ou sobre o histórico, que chamamos de filme.

A Receita se manifestou pelo filme, mas a legislação não é clara, deixa brechas para interpretar que seja sobre a foto", afirmou. Barreto destacou a importância dos profissionais da contabilidade.

"Eu sempre digo que toda iniciativa corporativa, independentemente do tamanho, deve contar, na sua abertura, com a assessoria de um profissional da contabilidade. Ele é fundamental. Só chegam para nós, advogados tributaristas, os casos em que não houve um acompanhamento de contador."

Rodrigo Dantas lembrou que a lei vem ao encontro de uma doutrina penal que vê a penalidade como última instância.

"Ela procura eximir a punição e traz o fato para a administração. Coloca as empresas para se fiscalizarem, com as políticas de compliance. Com isso há uma redução de custo do Estado, que passa a ter uma tarefa fiscalizadora menor e, no caso da repatriação, traz para a economia uma soma significativa de recursos. É uma ponte para a legalidade", afirmou.

O consultor ressaltou que a legislação é mais clara sobre os crimes que alcança do que sobre outros aspectos legais, mas ainda pairam dúvidas. "A lei diz que a repatriação está vedada para pessoas que estão em cargos, empregos, funções públicas de direção

ou eletivas e seus cônjuges, parentes até segundo grau. Mas não diz se eles não podiam exercer essas funções no momento da adesão ou em 31/12/2014.”

Outro ponto obscuro é quanto ao que constitui prova da licitude dos recursos declarados, acrescentou Dantas. Fátima situou a repatriação no contexto internacional, afirmando que a cooperação entre os Fiscos de todo o mundo tem levado ao enfrentamento da evasão fiscal.

“As tecnologias permitem, hoje, uma cooperação mais efetiva entre os órgãos fiscalizadores de todo o mundo, o que dificulta a evasão fiscal. Outro fator é financeiro.

Com a crise de 2008, os governos precisavam de mais recursos e fomentaram essa cooperação.” Para ela, a imagem trazida por Dantas, de “ponte para legalidade”, é muito positiva.

“Estamos em um momento de amadurecimento, e a imagem da ponte me parece muito boa, porque há uma confiança maior entre Receita Federal e contribuinte que permite que quem, por qualquer motivo, tenha mantido recursos no exterior legalize sua situação.”

A Câmara dos Deputados votou uma nova Lei de Repatriação. O texto traz juros e multas maiores. Para Barreto, a medida é válida. “Muita gente estava insegura para fazer a repatriação porque o Congresso Nacional passou o ano todo dizendo que faria alterações na legislação, o que não ocorreu. Quem fez na primeira rodada teve benefícios em relação ao que está sendo proposto agora, como juros e multas menores.”

Sindifisco alerta para desburocratização

03/03/2017 - Fonte: Portal Contábil

Dirigente de entidade de auditores fiscais defende retardar votação de matérias que mudam regras tributárias para evitar prejuízos ao Tesouro e à sociedade

O Senado deve retardar a tramitação de dois projetos que pretendem acelerar o funcionamento da Receita Federal. Entre as novidades estão a criação do Estatuto do Contribuinte e de prazo de 365 dias para a resposta do órgão aos requerimentos apresentados pelos contribuintes.

É o que recomenda o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), Cláudio Damasceno, a respeito de duas propostas legislativas em fase final de tramitação no plenário do Senado. Trata-se de matérias elaboradas, no ano passado, pela Comissão de Juristas da Desburocratização.

“Nós precisamos ter muito cuidado para evitar, sob argumento de defesa do contribuinte, na verdade, estarmos defendendo o mau contribuinte e impedindo a administração tributária de exercer plenamente as suas atribuições que convergem para toda a sociedade”, afirmou o líder sindical em entrevista ao DCI.

Uma das propostas é o projeto de lei 406/2016, que altera o Código Tributário Nacional. A outra é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57/2016, que estabelece regras mais flexíveis para empresas em municípios de menor porte. Ambas devem ser votadas e possivelmente aprovadas na próxima semana a partir do dia 7.

Damasceno fez questão de destacar que a entidade é favorável à proposta no que se refere à redução da burocracia tributária. Mas quer alterar os itens relativos à exigência de "ordem prévia" para ações de fiscalização e do prazo de um ano para respostas às demandas dos contribuintes.

Na avaliação de Damasceno, a celeridade dos processos é prejudicada até por causa de demandas do contribuinte. Segundo o sindicalista, isso gera preocupação da categoria porque poderá haver uma homologação independentemente de qualquer análise. "Isso trará certamente diversos prejuízos ao tesouro e para toda a sociedade", acrescentou.

Daí porque a entidade propõe a supressão do parágrafo 3º, do artigo 210 do projeto de lei. Esse parágrafo estabelece um prazo de 365 dias para o deferimento, para que seja proferida a decisão administrativa, em relação ao pleito do contribuinte.

Em seu parecer, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) apontou que a proposta visa proteger o contribuinte contra "os abusos da Receita Pública".

Durante os debates na Comissão de Juristas, o ministro Dias Tofoli, do Supremo Tribunal Federal, afirmou que a Receita Federal é uma "caixa-preta" para apontar problemas na relação do órgão com a sociedade.

Solução já disponível

No caso da exigência de ordem prévia para fiscalização, o presidente do Sindifisco declarou que esse é um problema superado há três anos pela Receita Federal. Isso porque, segundo ele, já existe no órgão o Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal (TDPF).

Autuações

De acordo com o texto do senador Ronaldo Caiado, as fiscalizações só poderão ser conduzidas se previamente comunicadas à administração tributária. E os fiscais não poderão acrescentar autuações se constatarem irregularidades diversas das elencadas na autorização inicial.

"Queremos a retirada dessa questão específica, porque a palavra "ordem", na verdade, representa uma trava no processo", disse. "TDPF representa um avanço dentro da questão tributária federal. Portanto, nós estávamos apenas alterando o termo "ordem" para um instrumento administrativo que já está disponível, inclusive na Receita".

Damasceno afirmou entender que essa "ordem prévia", longe de trazer qualquer benefício ao contribuinte, respeitar os direitos do contribuinte, engessa a administração.

"Nós já temos hoje, instrumentos que possibilitam ao próprio contribuinte, durante o início e durante a fiscalização, ter o conhecimento, não só da abertura do procedimento, mas do que está sendo efetivamente fiscalizado", afirmou.

O presidente alertou ainda que é preciso ter cuidado com a proposta de criação do Código Tributário porque já há diversas garantias para o contribuinte. "É preciso estar atento ao que vem nessa proposta."

Na opinião de Damasceno, o Senado deveria aprofundar a discussão das propostas pois mudanças na legislação tributária exigem uma discussão aprofundada. "Não dá para fazer uma discussão rápida sob o argumento de que precisa se estabelecer garantias", criticou o sindicalista.

De acordo com ministro, reforma trabalhista mantém direitos e pode criar até 5 milhões de empregos

03/03/2017 - Fonte: Portal Contábil

Segundo garantiu o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, a reforma trabalhista não afetará os direitos dos trabalhadores. Mais do que isso, caso seja aprovada a proposta de modernização das leis trabalhistas enviada pelo governo ao Congresso, poderão ser criados até 5 milhões de empregos no médio e longo prazo.

De acordo com o responsável pela pasta trabalhista, essa estimativa é baseada em um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O estudo em questão levou em conta os impactos observados em países desenvolvidos e que possuem legislação próxima da proposta governamental.

Conforme explica Nogueira, a análise da organização mostra que entre 16% e 17% dos trabalhadores desses países atuam como temporários ou com jornada parcial. Já no Brasil, somente 6% estão sob essas condições.

Por conta disso, dentro da proposta de reforma, há mecanismos para aperfeiçoar e incentivar as contratações temporárias ou de jornada parcial, para que essas sejam usadas com mais frequência.

"Então, com base na nossa base de 50 milhões (de contratos), nós teríamos capacidade de crescimento de 5 milhões", esclareceu.

Direitos assegurados

Em audiência na Câmara, o ministro do Trabalho também garantiu aos deputados que o projeto de reforma não retira nenhum direito trabalhista, além de dar segurança jurídica para os acordos coletivos.

"Estamos convergentes em um ponto: ninguém de nós quer tirar direito dos trabalhadores. Podemos ter opiniões diferentes, mas todos somos convergentes em não tirar direito do trabalhador, combater a precarização e trazer segurança jurídica", afirmou.

"Com a proposta, o governo regulamenta o que já está previsto na Constituição e na CLT, dando força de lei que permite ao trabalhador escolher a forma mais vantajosa para usufruir dos seus direitos", prosseguiu.

Por fim, Ronaldo Nogueira ressaltou que o número de fechamento de vagas de emprego foi menor em 2016 do que o registrado em 2015, e que apenas o fato de o governo encaminhar uma proposta de reforma trabalhista *"já trouxe ao mercado um ânimo, no sentido de voltar a contratar"*.

Artigo: Os desafios do direito tributário brasileiro

03/03/2017 - Fonte: GS Notícias

Diferentes legislações para impostos é um atentado contra o princípio de simplificação

O direito tributário brasileiro apresenta grandes desafios, principalmente em tempos de globalização e interdependência dos sistemas econômicos. Entre esses pontos de atenção, destaco três.

O primeiro é a guerra fiscal ocasionada pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O principal tributo em vigor, atualmente, é estadual, o que faz contribuintes e advogados se debruçarem sobre 27 diferentes legislações no País para entendê-lo.

Com tantas legislações, isso tornou-se um atentado contra o princípio de simplificação, contribuindo para o incremento de uma guerra fiscal entre os estados, que buscam alterar regras para conceder benefícios e isenções, atraindo e facilitando a instalação de novas empresas. É, portanto, um instrumento dos mais utilizados na disputa por investimentos, gerando consequências negativas tanto do ponto de vista econômico quanto fiscal.

A competitividade gerada pela interdependência estadual é outro ponto. Na década de 1960, a adoção do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) trouxe um avanço importante para a tributação indireta, permitindo a internacionalização das trocas de mercadorias com a facilitação da equivalência dos impostos sobre consumo e tributação, diminuindo as diferenças entre países.

Hoje, é a forma dominante de tributação indireta no mundo todo, mas no Brasil ainda tem implantação restringida. O ICMS, adotado no país, é o único caso no mundo de imposto parecido ao IVA que não é administrado pelo governo federal, dando aos Estados total autonomia para administrar, cobrar e gastar os recursos dele originados.

A competência estadual do ICMS ainda gera dificuldades na relação entre os 27 estados brasileiros, havendo coexistência dos princípios de origem e destino nas transações comerciais interestaduais, criando a já comentada guerra fiscal.

A harmonização com os outros sistemas tributários é o desafio que deve ser enfrentado. Deve-se integrar aos países do Mercosul, além da aproximação aos padrões tributários de um mundo globalizado e desenvolvido, principalmente quando se trata de Europa. Só assim o país recuperará o poder da economia, utilizando essa recuperação como condição para intensificar a integração com outros países e participar mais ativamente da globalização.

(André Pereira- advogado e consultor do Jurídico Certo).

E-commerce impulsiona as exportações das Pequenas e Médias empresas brasileiras

03/03/2017 - Fonte: GS Notícias

Estudo encomendado mostra que o canal de vendas pela Internet rendeu, em média, mais de R\$ 3,5 milhões para as companhias entrevistadas, entre setembro de 2015 e de 2016.

O e-commerce e as novas ferramentas digitais estão mudando a forma de consumo e impulsionando as vendas das pequenas e médias empresas (PMEs) brasileiras, de acordo com um estudo global encomendado pela FedEx Express, maior empresa de transporte expresso do mundo.

O estudo aponta que 89% dos pequenos e médios empresários brasileiros (PMEs) que exportam seus produtos, vendem ao exterior pela Internet. Estas transações somaram R\$ 3,5 milhões (US\$ 1,11 milhão) no faturamento entre setembro de 2015 e 2016.

Este valor representa 33% do faturamento das PMEs em 2015 – a média nacional de receita total foi de R\$ 10,4 milhões – e está acima da média global encontrada na pesquisa (26%).

Do faturamento médio de R\$ 3,5 milhões gerados por exportações via e-commerce, o m-commerce e as plataformas de vendas em redes sociais foram responsáveis por 29% e 30%, respectivamente.

"No Brasil, as PMEs estão mais atentas às novas tecnologias do que a média global de 80%, com uma adesão de 89%", diz Denise Thomazotti, gerente de Marketing da FedEx no Brasil. "Estes dados mostram que os pequenos e médios empresários brasileiros se preocupam em atender às novas expectativas dos consumidores e o faturamento gerado nos últimos doze meses reflete o sucesso da aposta no e-commerce, m-commerce e transações nas redes sociais – já representando um terço dos resultados" complementa.

Além disso, os empresários ouvidos estão otimistas para os próximos 12 meses – entre setembro de 2015 e 2016. Das 600 empresas consultadas, 55% esperam crescer suas exportações, em média, 27% neste período, enquanto apenas 8% delas disseram que reduzirão suas vendas para o mercado externo no mesmo espaço de tempo. Estas PMEs preveem queda média de 26%.

"Entrar no mercado global ajuda as PMEs a estabilizar suas operações. Quando uma companhia depende totalmente do mercado interno, ela está sujeita a todas as oscilações do cenário local, enquanto uma estratégia que atinja o público estrangeiro diversifica as fontes de renda das empresas", comenta Denise.

O estudo também mostra as principais áreas de atuação das PMEs brasileiras exportadoras. Segundo o levantamento, Produtos Manufaturados lideram a lista (13%), seguidos por Tecnologia de Informação e Telecomunicações (12%) e Bens de Consumo (11%).

Outro ponto de destaque da pesquisa é a identificação dos principais mercados externos para o pequeno e médio empresário do Brasil. O País tem uma tendência de exportar dentro da própria América Latina, já que 68% dos entrevistados disseram ter negócios na região.

O destino principal no continente é a Argentina (54%), seguido por Chile (37%) e Uruguai (36%). Fora da região Latina, os Estados Unidos recebem produtos de 34% das empresas consultadas, enquanto Portugal e Alemanha também são grandes mercados consumidores, alvos de 31% e 26% das PMEs, respectivamente.

Desempenho das PMEs

Entre setembro de 2015 e 2016, 27% dos entrevistados perceberam um aumento médio de 33% em suas exportações, enquanto 51% apresentaram estabilidade nessas operações e os demais 22% encontraram uma queda média de 27% neste mesmo período.

Os principais motivos para o crescimento destas companhias foram: novos produtos no mercado (51%), o câmbio favorável à empresa (41%) e expansão em novos países/mercados (36%). Já as principais razões para a diminuição foram: aumento dos custos de produção (49%), aumento nos custos de transporte (43%) e câmbio desfavorável à empresa (36%).

Confiança nas transportadoras

O provedor logístico tem um papel significativo em diferentes momentos de uma pequena e média empresa. Das companhias consultadas, 91% reconhecem a importância das transportadoras para exportar seus produtos e 85% disseram que o operador logístico é importante para o desenvolvimento de uma start-up.

Mais da metade dos entrevistados (52%) disseram que se tornaram mais confiantes em suas transportadoras nos últimos anos. As principais razões para esse aumento são: operações em mais mercados (40%), consumidores demandando entregas mais rápidas (39%) e a necessidade de mais flexibilidade em logística (38%). Outros 33% disseram manter o mesmo nível de confiança em seus operadores logísticos nos últimos anos, enquanto 16% estão menos confiantes.

Consultados sobre se os provedores logísticos estão ajudando a vencer os novos desafios de mercado, 62% concordaram com essa afirmação, enquanto apenas 9% discordaram e os outros 29% disseram que as transportadoras não ajudam e nem atrapalham seus negócios a superar novas barreiras.

Outros resultados

- Os brasileiros são mais otimistas em relação as inovações tecnológicas do que a média mundial. 75% dos entrevistados disseram que soluções como Internet das Coisas, Impressões 3D e realidade virtual facilitarão começar ou aumentar as exportações nos próximos anos, enquanto a média global é de 53%.
- Algumas empresas brasileiras, inclusive, já utilizam algumas destas novidades. 36% dos empresários disseram que tem equipamentos interconectados em seus locais de trabalho, como crachás que dão acesso a estacionamento ou salas específicas. A pesquisa também mostra que 19% deles usam Wearables2 em seus escritórios.
- Quando o assunto é desafios de negócios, o aumento no custo de produção é a principal barreira para os empresários brasileiros (48%). A segunda maior preocupação é a burocracia (40%), seguida pela falta de incentivo do governo (35%). Os entrevistados poderiam escolher mais de uma resposta para esta pergunta. Para vencer estes desafios, as PMEs puderam listar suas principais estratégias. Investimento em novas tecnologias foi a principal resposta com 54%, seguido por aplicação de mais esforços em marketing e propaganda, 43%, e treinamentos para os funcionários, 38%.

Executivas ainda ocupam apenas 6% das cadeiras

03/03/2017 - Fonte: GS Notícias

A presença de mulheres nos conselhos de administração de empresas brasileiras listadas no Novo Mercado, da BM&F Bovespa, continua em níveis baixos, segundo levantamento da consultoria Enlight.

Elas ocupam apenas 6% do total de cadeiras nos conselhos, e 68% das empresas têm colegiados compostos apenas por homens. Com a diminuição no número de empresas que compõem o Novo Mercado em 2016, o número total de conselheiros caiu de 980 para 934, na comparação com 2015.

Em 2016, 54 dessas posições foram destinadas a executivas, sendo que, entre elas, 19 são conselheiras independentes, sem relação com os acionistas. Esse número foi o

único que contribuiu com o aumento na presença feminina nos conselhos no período, subindo de 16 em 2015.

Entre conselheiras não-independentes, o número caiu de 42 para 35. LEIA MAIS Conselho antiquado Participação feminina permanece limitada Participação feminina vira disciplina em cursos da FGV Para Olivia Ferreira, fundadora e CEO da Enlight, parte do problema é que as empresas ainda não enxergam a composição do conselho de forma estratégica.

"É preciso parar de indicar quem eu conheço e começar a olhar expertise, competência e ver quem é o melhor para as discussões do conselho", diz. No ranking da Enlight, o grupo de alimentos M. Dias Branco é o que apresenta a maior presença feminina, com duas conselheiras da família acionista, de cinco, ou 40% do total.

A BB Seguridade e a marca de sapatos femininos Arezzo ficam em segundo e terceiro lugar, respectivamente, com cerca de 30% do conselho formado por executivas. A Arezzo é a companhia com maior número de mulheres no conselho, três, de um colegiado de dez. Há apenas uma mulher em uma presidência de conselho hoje, Luiza Trajano, do Magazine Luiza, e duas vice-presidentes.

Na opinião de Olivia, o Brasil está na contramão de uma tendência mundial de ampliar o espaço das mulheres em conselhos. Há iniciativas e cursos preparando executivas para essas posições, o que expõe mais as profissionais a esses cargos, mas o mercado ainda é adepto do discurso de que essas mudanças acontecerão naturalmente.

"Isso não vai evoluir se não houver um engajamento real da comunidade de negócios, acionistas, conselheiros e principalmente dos presidentes dos conselhos para discutir diversidade e buscar perfis diferentes que trazem valor para a empresa", diz.

Um estudo recente da consultoria de recrutamento executivo Egon Zehnder, que analisou as maiores companhias de 44 países em capitalização de mercado, mostra que 50% dos conselhos brasileiros não terem nenhuma mulher em sua composição. Na média global, esse número é 16%.

Na Europa, onde diversos países adotaram cotas ou metas para ampliar a presença feminina nos "boards" nos últimos anos, é apenas 4% enquanto nos EUA é 5% e no Chile, 29%. Dos outros países latino-americanos incluídos na pesquisa, Argentina e México possuem índices similares ao Brasil, e a Colômbia tem o pior resultado, com 76% dos conselhos sem nenhuma executiva em suas cadeiras.

A complexidade das causas empresariais

03/03/2017 - Fonte: GS Notícias

Intuitivamente, todos já sabíamos que as causas empresariais são mais complexas que as civis. Não apenas por envolverem múltiplas partes, perícias difíceis e incidentes, mas também porque as relações regidas pelo direito comercial são muito mais dinâmicas.

Os meandros e a versatilidade dos negócios empresariais, sempre em constante evolução, exigem dos magistrados conhecimentos técnicos específicos e familiaridade com as práticas de mercado.

Mas, intuições, ainda que compartilhadas largamente, carecem daquela objetividade exigida pelo conhecimento científico. Ademais, não servem de fundamento para a tomada de decisões importantes como as que afetam a organização judiciária.

A Res. 82/11-TJSP exige para a criação de uma nova vara cível a distribuição de pelo menos 1.800 novos processos por ano. Este número, porém, foi fixado em vista da carga de trabalho associada a um processo cível comum (demanda de consumidor contra empresa de telefonia, por exemplo), e não a ações empresariais complexas (disputas societárias, recuperações judiciais, propriedade industrial etc).

Os processos de falência e recuperação judicial equivalem, em média, a três processos civis comuns. Por tal razão, quando visa à implantação de juízos especializados em determinadas matérias jurídicas, além da quantidade de processos em números absolutos, deve-se levar em conta também a maior ou menor carga de trabalho dos feitos abrangidos pela especialização.

Na criação de juízos especializados em direito comercial, por exemplo, não se pode desconsiderar que as causas empresariais são mais complexas que as civis. Mas, como estabelecer objetivamente esta relação?

A cada processo de direito empresarial corresponde exatamente que número de feitos de direito civil? Como mensurar, em suma, a maior complexidade das causas empresariais? Estas perguntas não tinham resposta até recentemente. Graças, no entanto, aos poderosos instrumentos científicos da jurimetria, é possível hoje calcular estatisticamente a relação de complexidade entre as causas empresariais e civis, a partir da quantificação das diferentes cargas médias de trabalho associáveis aos processos de cada espécie.

A recente criação de três varas especializadas em direito empresarial em São Paulo embasou-se em estudos jurimétricos, que calcularam a quantidade de ações que serão distribuídas anualmente para essas varas, bem como avaliaram a carga de trabalho envolvida na resolução delas.

Para a jurimetria, a diferença de complexidade entre ações empresariais e civis é calculada em função da "viscosidade processual" (o conjunto de propriedades intrínsecas a um processo judicial que torna a sua movimentação mais complexa e seu andamento potencialmente mais lento).

Com base na viscosidade processual, o ramo da jurimetria dedicada ao estudo quantitativo dos fluxos das ações judiciais (a reologia processual), conseguiu estimar, pela primeira vez, o sobre-esforço despendido pelos juízes para impulsionarem processos empresariais.

O cálculo da viscosidade processual compreendeu a análise das movimentações de todos os processos distribuídos ao longo de três anos (de 2013 a 2015) nas 44 varas cíveis e nas duas varas de falência do Foro Central de São Paulo. Foram analisados 331.402 processos.

Comparou-se a quantidade de feitos concluídos e o tempo gasto pelos juízes para a tomada de decisões, em cada espécie de causa. Chegou-se, assim, à conclusão de que os processos de falência e recuperação judicial equivalem, em média, a três processos civis comuns; e os demais processos empresariais a 2,09.

Esta é a medida da complexidade das causas empresariais. A um feito falimentar ou recuperacional está associado o triplo da carga de trabalho de um processo cível comum. A uma causa societária ou patentária, mais ou menos o dobro da carga de trabalho. Assim, as novas varas empresariais receberão carga de trabalho equivalente a de no mínimo 3.349 processos cíveis comuns, acima, portanto, dos 1.800 feitos anuais, exigidos pela Res. 82/11-TJSP.

A quantificação da complexidade das causas empresariais demonstra que os juízes especializados acabam se responsabilizando por processos em quantidade suficiente para justificar a reorganização judicial, afastando o fundado receio de subaproveitamento dos recursos disponíveis. Mostra também que a especialização é igualmente benéfica para as varas cíveis, cuja carga de trabalho reduz-se "mais", isto é, no triplo ou em dobro da quantidade de processos redistribuídos às especializadas.

Liberadas das causas complexas, podem se concentrar no julgamento de ações de baixa viscosidade, para as quais suas rotinas de trabalho estão mais bem ajustadas.

O relatório completo da pesquisa está disponível em abjur.github.io/tjsspBook/ Fábio Ulhoa Coelho e Marcelo Guedes Nunes são professores da PUC-SP. O primeiro é presidente do conselho científico da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ) e o segundo presidente da mesma associação Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Governo aumenta recursos para programa de proteção ao emprego

03/03/2017 - Fonte: Gazeta do Povo

Valor reservado no orçamento poderia segurar 123 mil vagas em setores abalados pela crise



A iniciativa do governo federal para preservar empregos receberá R\$ 327,28 milhões em 2017. O Programa Seguro Emprego (PSE) terá à disposição verba 88% maior que o usado desde 2015, quando foi lançado um instrumento específico para tentar preservar empregos em meio à crise.

Levando-se em conta a média histórica, o valor é suficiente para proteger até 123 mil vagas. Mas há dúvida se os recursos serão usados. Especialistas dizem que a adesão nem sempre é fácil e apenas companhias que usam mão de obra especializada veem benefícios na medida.

A fabricante de máquinas Caterpillar é um exemplo de caso bem sucedido de uso do programa. Em 2015 a empresa cogitou despedir até 830 empregados. Para evitar as demissões, aderiu ao antigo Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Após negociação, trabalhadores toparam reduzir em 30% carga horária e salários. Em contrapartida, o governo destinou R\$ 4,8 milhões para compensar parte da perda dos salários.

Com o acordo, 1.834 trabalhadores das fábricas de Piracicaba (SP) e Campo Largo (PR) ficaram de três a seis meses sob o novo regime. Nesse período, para fugir do mercado brasileiro em depressão, a equipe comercial passou a buscar novos mercados para os equipamentos montados na filial brasileira. A estratégia deu certo. O volume

de máquinas exportadas para América Latina e Estados Unidos cresceu e a filial passou a vender para o Canadá e a Rússia.

Criado no governo Dilma Rousseff, o PPE foi rebatizado por Michel Temer em dezembro como PSE. O programa permite que empresas em dificuldades possam negociar a diminuição da jornada de trabalho e dos salários até 30%. Para minimizar a perda de renda do empregado, o governo compensa metade dessa redução salarial.

Desde agosto de 2015, o programa usou R\$ 173,75 milhões para a manutenção de 65.443 vagas, segundo o Ministério do Trabalho. O montante de 2017 é quase o dobro do orçamento de um ano e meio do programa. O dinheiro, porém, não parece atrair a atenção das empresas.

“Esse é um programa que tende a proteger empregados relativamente qualificados, a elite dos trabalhadores industriais. São pessoas que receberam investimento para formação e o empregador não quer perdê-los”, diz o economista da Opus Gestão de Recursos e professor da PUC-Rio, José Márcio Camargo.

Especialistas como Camargo avaliam que o PSE faz sentido para empresas em dificuldade financeira que têm trabalhadores especializados e veem luz no fim do túnel em horizonte relativamente curto, já que a iniciativa permite manter temporariamente e com custo menor os empregados que exigem treinamento. Para empresas que não veem melhora em horizonte de até um ano ou têm mão de obra não especializada, pode ser mais barato demitir e recontratar no futuro.

A sócia do grupo trabalhista da Trench, Rossi e Watanabe Advogados, Leticia Ribeiro, elogia o PSE, mas nota que nem sempre o programa é benéfico para as empresas. “É preciso comprovar a situação delicada, dado que muitas vezes é confidencial, e dar estabilidade durante a adesão. Por isso, pode não ser interessante para alguns empregadores.”

Segundo o Ministério do Trabalho, quatro empresas aderiram ao programa em 2017, com 2.098 empregos beneficiados. A pasta não se pronunciou sobre o tema.

Shell e Toyota contrariam a Tesla se unem para promover carros a hidrogênio

03/03/2017 - Fonte: Gazeta do Povo



A Shell vai construir sete postos de abastecimento para carros movidos a hidrogênio na Califórnia em uma parceria com a Toyota, estabelecendo a sua mais recente aposta no desaparecimento do motor de combustão interna.

Os postos deixarão o estado americano mais perto da meta de ter 100 locais de abastecimento até 2024. A Comissão de Energia da Califórnia está considerando dar US\$ 16,4 milhões em subsídios para as estações, com a Shell e a Toyota contribuindo com US\$ 11,4 milhões.

A Toyota conta com o hidrogênio para se livrar de sua linha de motores tradicionais em 2050. A falta de infraestrutura de reabastecimento é um grande obstáculo para os

carros de emissões zero conquistarem os consumidores – a Califórnia tem apenas 25 estações agora.

A Shell também está criando uma estratégia para se livrar do petróleo. A demanda pode atingir o pico em apenas cinco anos, disse o diretor financeiro Simon Henry em novembro. A companhia opera seis estações de hidrogênio – quatro na Alemanha e duas na região de Los Angeles – e abrirá uma sétima perto do aeroporto Heathrow, em Londres, ainda este mês.

“A Shell quer estar na vanguarda dessa tecnologia”, disse Oliver Bishop, gerente geral de hidrogênio. A complexidade de produzir, armazenar e entregar o combustível requer “o apoio de governos e de empresas de automóveis como a Toyota para fazê-lo funcionar”.

A Califórnia tem as regras ambientais mais rigorosas nos EUA e metas para a circulação de veículos de emissão zero, tornando-se o local natural para a Shell e a Toyota se unirem nos EUA. Embora a administração Trump tenha indicado que pode enfraquecer as regras ambientais, a Califórnia está alinhada com países da Europa e da Ásia.

A Shell pertence a um consórcio apoiado pelo governo alemão, visando a construção de 400 estações até 2023. Tóquio planeja gastar 45,2 bilhões de ienes (US\$ 400 milhões) em subsídios de veículos e estações de hidrogênio até os Jogos Olímpicos de 2020.

Para a Toyota, não há dúvidas de que os carros queimando combustíveis fósseis serão evitados ou até mesmo proibidos em poucas décadas, e que a alternativa em que trabalham há 25 anos estará pronta até lá.

“Quando não for permitido mais o uso de combustíveis fósseis, o hidrogênio se tornará uma das principais fontes de combustível”, disse Kiyotaka Ise, presidente da Toyota de pesquisa avançada e desenvolvimento e engenharia.

A aposta do fabricante de automóveis é que as pessoas vão preferir carros como o Mirai – “o futuro” em japonês – em vez de modelos elétricos plug-in (carregados na tomada).

O Mirai movido a hidrogênio tem um alcance superior e pode ser abastecido em até três minutos – não envolve longas horas de abastecimento. Ele expele apenas vapor d’água pelo escapamento.

Quatro empresas devem vender veículos movidos por células de combustível neste ano na Califórnia: Toyota, Honda, Hyundai e Daimler. Enquanto a Toyota tornou os híbridos comuns, a indústria está enfrentando pressão por mais produtos de emissão zero de governos que veem a poluição como uma ameaça. Carros totalmente elétricos também estão despertando interesse.

Paris, por exemplo, introduziu regras para proibir todos os veículos, com exceção de emissões zero ou mais novos de baixa emissão, das ruas até 2020.

A China estabeleceu um objetivo de 3 milhões de unidades serem vendidas anualmente até 2025, um aumento de seis vezes em relação ao ano passado.

Os veículos de célula de combustível estão ainda em sua infância em termos de produção comercial, dois anos após o Mirai de Toyota entrar no mercado. Mas o

potencial retorno da aposta da Toyota é enorme, disse Larry Burns, executivo de pesquisa e desenvolvimento aposentado da GM.

A fabricante de automóveis japonesa está buscando o tipo de vantagem competitiva decisiva que obteve com o Prius híbrido que estreou há 20 anos. "Esta não é uma transição linear, é disruptiva", disse Burns.

Os planos da Toyota são vender 10 vezes mais carros a hidrogênio em 2020 do que os 3 mil previstos para este ano. Em 2025, a Toyota calcula que será capaz de vendê-los pelo preço que cobra pelos híbridos – algo em torno de US \$ 35 mil, aproximadamente o mesmo que o Tesla Modelo 3, disse Keith Wipke, gerente de programa de célula de combustível no Laboratório Nacional de Energia Renovável em Golden, Colorado.

Os céticos dos veículos movidos a hidrogênio têm uma série de argumentos. Para começar, a palavra "hidrogênio" pode evocar memórias do Hindenberg, o dirigível que pegou fogo em Nova Jersey em 1937 e matou 36 pessoas, ou a bomba H, um precursor do que os EUA jogaram no Japão para terminar a Segunda Guerra Mundial.

A resposta das forças pró-hidrogênio: o elemento mais leve e mais comum no planeta é, de fato, altamente inflamável, mas os riscos são controláveis. "O hidrogênio é limpo, é flexível e tem muitas aplicações", disse o Bispo de Shell.

Tesla

Elon Musk, chefe executivo de Tesla, não tem a mesma crença. Ele está apostando que as pessoas preferem comprar carros movidos a bateria e alimentá-los com painéis solares em casa. Musk afirma que é mais eficiente do que produzir, armazenar e transportar hidrogênio.

Musk pode estar ajudando sem querer a causa da Toyota. No início, a indústria do petróleo não estava convencida de que a transição para carros de emissão zero ocorreria.

Então a Tesla obteve 373 mil encomendas de seu sedan Model 3 no ano passado, o que assustou as petroleiras, disse Katsuhiko Hirose, gerente geral do projeto Toyota.

Agora, algumas dessas empresas estão se unindo à Toyota. Total, Air Liquide, Linde e Shell estão entre as 13 empresas que no mês passado formaram um conselho global de hidrogênio.

Elas investirão US\$ 10,7 bilhões em produtos relacionados ao hidrogênio dentro de cinco anos.

Ainda há um longo caminho pela frente. A Toyota não divulga quanto está perdendo no Mirai, que é vendido por US \$ 57.500 nos EUA, e só na Califórnia. Construir o carro é tão complicado que a linha de produção é desprovida de robôs.

O carro tem dois tanques de hidrogênio envolvidos em fibra de carbono que são resistentes o suficiente para resistir a tiros de rifles.

Abaixo dos dois assentos dianteiros do Mirai, uma pilha de 370 células é envolvida cada uma em uma malha de titânio com 40 mil pequenos furos. Quando o hidrogênio e o oxigênio fluem através deles, a reação química cria água e eletricidade, a última das quais alimenta a bateria e o motor.

A Toyota começou a montar três Mirai por dia na unidade de Motomachi, perto de sua sede em Toyota City, no Japão.

A produção aumentou até cerca de uma dúzia a cada 24 horas. As restrições de produção contribuíram para que a Toyota vendesse apenas 1.034 sedãs Mirai nos Estados Unidos no ano passado.

Artigo: O primeiro passo da reforma trabalhista

03/03/2017 - Fonte: O Globo

A cultura brasileira da judicialização das relações de trabalho tem-se intensificado por conta da crise econômica e do aumento do desemprego, o que levou a um crescimento do número de reclamações trabalhistas — mais de três milhões no último ano. Diante deste cenário, o governo apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 6787/2016, que está em trâmite na Câmara dos Deputados.

Um dos principais pontos é a normatização do termo “negociado X legislado”. O PL propõe um rol de temas que, quando dispostos em acordos ou convenções coletivas, terão força de lei e, portanto, haverá a prevalência do negociado sobre o legislado.

No sentido de ampliar a segurança jurídica, há disposição expressa no PL de que, na hipótese de discussão sobre a validade de convenção ou acordo coletivos em ação anulatória, o cancelamento de qualquer cláusula que flexibilize direitos implica também na anulação da vantagem compensatória, inclusive devolvendo-se valores eventualmente pagos, sob pena de se desarmonizar a negociação como um todo e impactar negativamente na saúde financeira das empresas.

Na hipótese de cancelamento de uma cláusula do acordo coletivo que preveja uma redução do intervalo para 45 minutos, automaticamente, a contrapartida oferecida (cesta básica mensal) será cancelada com a devolução da vantagem concedida.

Reconhecendo a prevalência da negociação coletiva sobre a lei, vale destacar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, que vem reformando decisões do Tribunal Superior do Trabalho, anulando normas coletivas que concedem benefícios como compensação da redução de alguns direitos previstos em lei.

Algumas decisões proferidas na Justiça do Trabalho, contrariando o entendimento do próprio TST, já têm dado validade a acordos coletivos que preveem a redução do intervalo intrajornada, através da negociação coletiva, com a anuência da maioria dos empregados, que preferem uma jornada de trabalho mais curta, a gozar a uma hora de intervalo prevista na CLT.

Se alterada a legislação trabalhista, esse tema da redução do intervalo intrajornada, até o limite de 30 minutos, terá força de lei quando disposto em convenções e acordos coletivos, colocando uma pá de cal na discussão entre o STF e o TST.

Há muito se vem discutindo sobre a prevalência das convenções e acordos coletivos sobre o legislado.

Diante da recorrência de reclamações, bem como da divergência de posicionamentos dos tribunais, o PL em questão vem uniformizar os julgados e garantir maior segurança jurídica.

A negociação coletiva para reduzir ou ampliar direitos trabalhistas tem amparo na Constituição federal, em especial no princípio da autonomia da vontade privada e no direito à flexibilização da legislação.

Neste cenário de crise, caso esse PL entre em vigor sem modificações, trará profundos benefícios às empresas e empregados, garantindo maior segurança à negociação coletiva e evitando a discussão do que pode ou não pode ser transacionado em termos de direitos trabalhistas.

Enfim, um primeiro passo para que as empresas voltem a confiar e investir no país.

(Antônio Carlos Frugis é advogado).

No TST: "Turmas decidem sobre validade de banco de horas e compensação semanal de jornada"

03/03/2017 - Fonte: Tribunal Superior do Trabalho

A validade dos regimes de banco de horas e de compensação semanal de jornada foi tema de decisões recentes da Quarta e da Quinta Turmas do Tribunal Superior do Trabalho.

Os acórdãos concluíram pela possibilidade de coexistência dos dois sistemas numa empresa, mas invalidaram o banco de horas adotado pela Renault do Brasil S.A., porque, apesar de autorizado por acordo coletivo, não seguia as normas ajustadas com o sindicato.

No primeiro caso, a Quinta Turma deu provimento a recurso da Simoldes Plásticos Brasil Ltda. contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) que deferiu horas extras a um auxiliar de produção ao concluir pela impossibilidade de coexistência de diferentes regimes de compensação de jornada. Para o ministro Barros Levenhagen, relator, a adoção simultânea de compensação semanal e banco horas foi válida, pois a empresa cumpriu os requisitos para instituir os dois sistemas.

Quanto ao banco de horas, a CLT (artigo 59, parágrafo 2º) estabelece a necessidade de autorização em acordo ou convenção coletiva de trabalho, desde que respeitados o limite máximo de dez horas de serviço por dia e a exigência de compensação das horas extras em até um ano.

O mecanismo semanal é admitido pelo TST nos termos da Súmula 85. Como o Regional não constatou irregularidades em cada um dos regimes escolhidos pela Simoldes, a Quinta Turma, por unanimidade, deferiu ao auxiliar apenas a remuneração extra do tempo não recuperado.

A Quarta Turma, em outro processo, manteve decisão do TRT-PR que reconheceu o adicional de serviço extraordinário para um gestor de produção em São José dos Pinhais (PR).

O banco de horas até estava previsto em acordo coletivo, mas a empresa exigiu mais de dez horas diárias de trabalho e não estabeleceu previamente com o empregado os horários em que haveria compensação.

Relator do recurso da Renault, o ministro João Oreste Dalazen concluiu que o Regional julgou conforme entendimento do TST ao invalidar o banco de horas, porque a fabricante de veículos não comprovou a observância das condições listadas no próprio instrumento coletivo. Por unanimidade, os ministros acompanharam seu voto.

(Guilherme Santos/CF)

Processos: [AIRR-476000-64.2008.5.09.0892](#) e [RR-263-81.2012.5.09.0892](#)

O TST possui oito Turmas julgadoras, cada uma composta por três ministros, com a atribuição de analisar recursos de revista, agravos, agravos de instrumento, agravos regimentais e recursos ordinários em ação cautelar.

Das decisões das Turmas, a parte ainda pode, em alguns casos, recorrer à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1).

Ministro do Trabalho visita fábrica da GM no RS e fala sobre Modernização Trabalhista

03/03/2017 - Fonte: MTE

Ministro foi recebido pelo vice-presidente da General Motors do Brasil que reiterou seu total apoio a proposta



Antes de conhecer as instalações, o ministro se reuniu com o vice-presidente da General Motors do Brasil, Marcos Munhoz, que reiterou ao ministro, seu total apoio as propostas que constam no projeto de lei da modernização trabalhista, “falo em nome da direção e dos funcionários e reforço total apoio a modernização trabalhista, esta proposta pode melhorar a produtividade das empresa, reduzindo custos que atualmente deixam o país fora da disputa com as principais potenciais mundiais, além de trazer confiança as empresas que podem investir mais gerando mais empregos.

Estou satisfeito em nome do setor pelos itens da reforma propostos e acredito que essa visão de abraçar a causa da modernização trabalhista do ministério trará novas possibilidades de expansões de mercado”.

A modernização trabalhista e os novos desafios para gerar empregos no País foram os temas da conversa durante a visita do Ministro Ronaldo Nogueira a fábrica da GM em Gravataí, RS, nesta sexta-feira(24).

O ministro Ronaldo Nogueira destacou que segue fazendo visitas a empresas e sindicatos, ouvindo opiniões e esclarecendo dúvidas sobre a modernização. Para o Ministro é fundamental que empregador e empregado andem lado a lado a fim de avançar em vários aspectos por meio do diálogo.

“Nossa proposta é para todos. Acredito na força do trabalhador em harmonia com o seu empregador e por isso seremos incansáveis na implantação dessa modernização que é vantajosa para ambos os lados”.

Após o encontro o ministro conheceu a fábrica e todas as etapas de construção. A GM completou 91 anos de atividade no Brasil em Janeiro deste ano. Já produziu mais de 14,5 milhões de veículos no país.

O Brasil é o terceiro maior mercado da montadora, atrás de China e EUA.

Ministro do Trabalho conversa com metalúrgicos no Rio Grande do Sul sobre modernização trabalhista

03/03/2017 - Fonte: MTE

Encontro ocorreu na manhã desta sexta-feira (24), no sindicato da categoria

As propostas para a Modernização Trabalhista foram o tema do encontro do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, com diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí (Sinmgra), na manhã desta sexta-feira (24).

O ministro ressaltou sua grande satisfação por essa oportunidade de conhecer o Sinmgra. "Eu, que participei de sindicato dos comerciários em Carazinho (RS) e tenho um chefe de gabinete metalúrgico, acho muito oportuna a relação dos trabalhadores com os sindicalistas. Vocês conseguiram avançar nas conquistas de direitos aqui, como a redução para as 40 horas semanais.

É importante dizer para os trabalhadores, que estão preocupados com o que se noticia, sobre a proposta de modernização da legislação trabalhista. Eu quero reiterar que nunca esteve, não está e não estará na nossa proposta algo que venha aumentar a jornada de trabalho", afirmou Nogueira.

O ministro salientou ainda o empenho do Ministério do Trabalho em promover uma união entre empregadores e empregados. "Nossas portas estão abertas ao diálogo para que sempre se encontrem saídas que sejam vantajosas a todos. Seremos incansáveis na tarefa de trazer mais dignidade para os quase 13 milhões de desempregados deste país", salientou.

Para o diretor jurídico do sindicato, Edson Dorneles, as propostas precisam de amplo debate, para que os trabalhadores participem de todo o processo. "Esperamos rediscutir, em breve, a retomada do terceiro turno para a manutenção dos empregos que existiam antes da crise", disse.

Comitê Nacional de Facilitação de Comércio realiza primeira reunião em Brasília

03/03/2017 - Fonte: MDIC



CONFAC vai supervisionar implementação do Acordo sobre Facilitação de Comércio da OMC

O recém-criado Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (Confac) realizou nesta sexta-feira, na sede do MDIC, sua primeira reunião para definir o plano de trabalho e

o acompanhamento da implementação do Acordo sobre Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A reunião ocorreu dois dias após a entrada em vigor, em âmbito internacional, do Acordo sobre Facilitação de Comércio. A criação dos comitês nacionais é uma exigência para que os países membros da OMC possam coordenar seus órgãos de governo na implementação das medidas nele previstas. O CONFAC também servirá de interlocutor entre o governo brasileiro e o Comitê de Facilitação de Comércio da OMC e de ponto focal para o tema no nível internacional.

"O CONFAC inaugura um espaço inédito que permitirá construir soluções junto com o setor privado para conferir maior eficiência na atuação do governo no comércio exterior e maior competitividade para as empresas brasileiras. O comitê também acompanhará o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Facilitação de Comércio da OMC", afirmou o secretário de Comércio Exterior, Abrão Neto.

Participaram da reunião representantes dos ministérios da Fazenda; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; das Relações Exteriores; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; além da Casa Civil e da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

O CONFAC foi criado no fim de 2016, no âmbito da CAMEX, para coordenar as atividades do governo relativas à redução dos custos de cumprimento com procedimentos e exigências incidentes sobre exportações e importações.

A situação brasileira acerca do Acordo sobre Facilitação de Comércio foi o primeiro ponto de discussão na pauta de reunião. O Ministério da Fazenda apresentou solução de acompanhamento do cumprimento do acordo pela Receita Federal, responsável pelo atendimento da maior parte das obrigações nele contidas.

Essa solução já se encontra disponível ao público no site da Receita Federal. Ferramenta semelhante deverá ser desenvolvida também em relação à atuação dos demais órgãos de governo, de modo a se obter um retrato completo do atendimento a essas regras internacionais.

Outro meio de se mensurar o desempenho do Brasil em relação ao acordo, um projeto de indicadores de facilitação de comércio desenvolvido em parceria com a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) foi discutido com vistas à apresentação de seus resultados finais em março.

Um dos objetivos do CONFAC será a definição de indicadores confiáveis da atuação governamental sobre importações e exportações, que permitam a identificação de causas de ineficiências e a adoção de políticas e medidas precisas para solucioná-las.

A questão do licenciamento e das autorizações prévias de importações e de exportações também recebeu grande atenção na reunião. É consenso a necessidade de se reduzir o uso desse tipo de instrumento a partir da adoção de meios mais eficientes de controle das operações comerciais.

Assim, o CONFAC atuará junto aos órgãos anuentes e em parceria com os gestores do Portal Único de Comércio Exterior para que, com base em ferramentas tecnológicas novas, possa-se adotar meios para se fiscalizar importações e exportações que sejam menos onerosos aos negócios.

Quando o controle prévio for indispensável, objetiva-se que se dê da forma mais eficiente possível, evitando-se licenças para cada operação e privilegiando-se o gerenciamento de riscos.

Pequenas e médias empresas

Outro ponto de destaque foi a necessidade de se ter um cuidado especial com pequenas e médias empresas. Caberá ao CONFAC orientar os órgãos de governo sobre os impactos de seus procedimentos e exigências sobre importações e exportações desse segmento.

Acordou-se pela necessidade de um trabalho de diagnóstico que permita identificar as barreiras burocráticas à inserção das empresas de menor porte no comércio exterior. Essa avaliação foi considerada essencial para a priorização de medidas de facilitação de comércio que tragam maiores benefícios a elas.

A expansão do programa de operadores econômicos autorizados (OEA) da Receita Federal, que consiste no tratamento simplificado para empresas que comprovam ser confiáveis, a outros órgãos além da Aduana também será acompanhada pelo CONFAC.

O primeiro dos órgãos a aderir a esse OEA Integrado será o Ministério da Agricultura.

O próximo passo será a reunião do Subcomitê de Cooperação, instância do CONFAC para o diálogo com o setor privado. O objetivo desse subcomitê é permitir a todas as partes interessadas em operações de importação e exportação possam estar em condição de igualdade para apresentar seus problemas e necessidades e discutir propostas de soluções comuns. A reunião deverá ocorrer no início de abril.

Abifer: faturamento da indústria ferroviária tem alta de 6,5% em 2016

03/03/2017 - Fonte: R7

A Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer) informa que o faturamento da indústria ferroviária brasileira totalizou R\$ 6,6 bilhões em 2016, um crescimento de 6,5% em relação ao resultado de 2015.

Segundo a entidade, o ano passado registrou um recorde histórico na fabricação de carros de passageiros, com 473 unidades produzidas, um aumento de 46,8% ante o ano anterior, quando 322 carros foram fabricados.

Já o volume de vagões de carga somou 3.903 unidades em 2016, número 16,6% menor que os 4.683 vagões entregues em 2015. Quanto às locomotivas, foram produzidas 109 unidades no ano passado, volume 15,5% menor que as 129 entregues no ano anterior.

2017

A Abifer também informa que, para 2017, as projeções apontam para uma retração na indústria. A entidade prevê a produção e entrega de 278 carros de passageiros, cerca de 100 locomotivas e entre 2,3 mil e 3 mil vagões de carga neste ano.

Em nota, a associação afirma que os volumes previstos de vagões e locomotivas dependerão da velocidade em que ocorrerem as prorrogações antecipadas dos contratos atuais das concessionárias.

Atualmente, a Rumo negocia a renovação da concessão da Malha Paulista - VLI, MRS e Vale aguardam para negociar a prorrogação de suas concessões junto a ANTT.

"Se as prorrogações demorarem a acontecer, as concessionárias postergarão seus investimentos e a indústria terá que demitir, pois não se sustentará com apenas 2 mil vagões e menos que 100 locomotivas em 2017", diz, em nota, o presidente da Abifer, Vicente Abate.

Balança comercial fecha fevereiro com saldo positivo de R\$ 14,1 bilhões

03/03/2017 - Fonte: R7

Resultado é fruto de R\$ 47.916 bilhões de exportações e R\$ 33.794 bilhões em importações



A balança comercial brasileira registrou saldo positivo de R\$ 14.122 bilhões (US\$ 4,560 bilhões) em fevereiro, valor recorde para o mês.

O superávit é resultado de exportações que somaram R\$ 47.916 bilhões (US\$ 15,472 bilhões) e importações de R\$ 33.794 bilhões (US\$ 10,912 bilhões), de acordo com dados divulgados nesta quinta-feira (2), pelo MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços).

No ano, o resultado acumulado da balança comercial brasileira é positivo em R\$ 22.561 bilhões (US\$ 7,285 bilhões), também o melhor resultado para o período da série histórica, que tem início em 1989.

As exportações somaram R\$ 94.096 bilhões (US\$ 30,383 bilhões) e as importações R\$ 71.537 bilhões (US\$ 23,099 bilhões).

Venda da indústria para o exterior é aposta para Brasil retomar criação de empregos

Somente na quarta semana de fevereiro (20 a 28) houve superávit de R\$ 6.652 bilhões (US\$ 2,148 bilhões), com R\$ 15.769 bilhões (US\$ 5,092 bilhões) em exportações e R\$ 9.117 bilhões (US\$ 2,944 bilhões) em importações.

No mês passado, a média diária das exportações aumentou 22,4% em relação a fevereiro de 2016 e 26,8% na comparação com janeiro. Já as importações subiram 11,8% sobre fevereiro e 9,4% em relação a janeiro.

Após bater R\$ 4,20 em 2016, dólar vira vilão para exportadores.

MDIC: recuperação das importações é 'forte sinal' de retomada da atividade

03/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

A recuperação das importações, principalmente de insumos e combustíveis, é um "forte sinal" de retomada da atividade econômica, avalia o secretário de Comércio Exterior, Abrão Neto.

Em fevereiro, as importações cresceram pelo terceiro mês consecutivo, subindo 11,8% depois de um período de quedas que começou em setembro de 2014. Subiram as compras de insumos agrícolas, como adubos e fertilizantes, e bens intermediários da produção industrial, como partes e peças de equipamentos mecânicos e de aviação.

A quantidade importada subiu 9,2%, enquanto o preço ficou praticamente estável em 0,1%. Para o secretário, ainda não há efeito do câmbio nas operações com o exterior.

Mesmo nas importações, em que o impacto da variação do dólar é mais rápido, a visão é que a recuperação se dá pelo crescimento da demanda interna, e não pelo preço.

Já as quantidades exportadas no primeiro bimestre caíram 0,9%, mas o aumento do preço em 21,5% compensou esse movimento, levando a um crescimento de 22,4% no valor exportado.

“Isso representa um cenário muito positivo para a balança comercial brasileira, que está fazendo um superávit recorde com o aumento das exportações e das importações”, analisou.

De acordo com o secretário, a queda nas quantidades exportadas foi puxada principalmente pelo recuo nas vendas de minério de ferro, açúcar e milho.

Também houve aumento no montante vendido para quase todos os destinos da produção brasileira, com destaque para o crescimento de 78% nas vendas para a China e no sétimo mês consecutivo de aumento nas exportações para a Argentina, que cresceram 18,4%. Na conta petróleo, foi registrado superávit de US\$ 1,806 bilhão no primeiro bimestre.

Para o ano, Abrão projeta um superávit na ordem do registrado em 2016, que foi de US\$ 47,7 bilhões. “A expectativa é de aumento nas importações e nas exportações”, completou.

Superávit

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 4,560 bilhões em fevereiro, valor recorde para o mês. O saldo positivo é resultado de exportações que somaram US\$ 15,472 bilhões e importações de US\$ 10,912 bilhões.

No ano, o resultado acumulado é positivo em US\$ 7,285 bilhões, também o melhor resultado para o período da série histórica, que tem início em 1989. As exportações somaram US\$ 30,383 bilhões e as importações US\$ 23,099 bilhões.